



RELATÓRIO DE GESTÃO

2022 – 2024

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUMÁRIO

- 04 | Quem somos
- 07 | Organograma
- 08 | Mensagem do Procurador-Geral
- 10 | Apresentação

- 12 | Ações Institucionais
 - 13 | Secretaria
 - 13 | Diretoria
 - 15 | Mensagem do Diretor
 - 16 | Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)
 - 17 | Alterações do fluxo de trabalho da CAOP
 - 20 | Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas (CAMP)
 - 21 | Alterações do fluxo de trabalho da CAMP
- 23 | Comissões
- 26 | Criação da Ouvidoria
- 28 | Criação da Corregedoria
- 29 | Criação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos – Nurc
- 31 | Estruturação do Gabinete de Inteligência e Contraineligência
- 33 | Elaboração do Planejamento Estratégico
- 34 | MPC-MG em Números

| | |
|-----------|--|
| 41 | Ações Estruturantes |
| 42 | Estrutura física |
| 42 | Projeto de aquisições para 2025 |
| 50 | A comunicação no âmbito do Parquet de Contas mineiro |
| 51 | Instância de Revisão e Padronização |
| 52 | Plenário Virtual |
| 54 | Eventos de capacitação |
| 54 | Seminário presencial/online sobre Prescrição nos TCs |
| 55 | Seminário on-line sobre Consórcios Públicos |
| 56 | Seminário presencial sobre resolução consensual de conflitos |
| | |
| 58 | Ações entre Órgãos |
| 59 | Termos de Adesão e Cooperação Técnica |
| 61 | Trabalho interinstitucional |
| | |
| 63 | Ações voltadas para a Sociedade |
| 64 | Redes Sociais |
| 66 | MPC Notícias |
| 67 | MPC Cast |
| 72 | Projeto Conhecendo o MPC |
| 73 | Controle em Foco: Revista do MPC-MG |
| | |
| 75 | Anexos |
| 76 | Anexo 1 - Representações formuladas no biênio 2022-2024 |
| 92 | Anexo 2 - Atos normativos publicados |

Quem somos

PROCURADOR-GERAL



**Marcílio Barenco
Corrêa de Mello**

SUBPROCURADOR-GERAL



**Daniel de Carvalho
Guimarães**

PROCURADORA OUVIDORA



**Elke Andrade
Soares de Moura**

PROCURADORA CORREGEDORA



**Sara Meinberg Schmidt
de Andrade Duarte**

PROCURADORA



**Maria Cecília
Mendes Borges**

PROCURADOR



**Glaydson Santo
Soprani Massaria**

PROCURADORA



Cristina Andrade Melo

O **Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais** (MPC-MG), instituição permanente, essencial à função jurisdicional de controle do Estado, incumbe-se da defesa da ordem jurídica e do regime democrático, atuando na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado de Minas Gerais e de seus Municípios.

São princípios institucionais do Ministério Público de Contas a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.



As principais atribuições do MPC-MG são:

- a)** promover a defesa da ordem jurídica, requerendo as medidas e providências de interesse do controle externo da Administração Pública estadual e municipal;
- b)** comparecer às sessões de julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG);
- c)** promover, perante os órgãos competentes da advocacia pública, as medidas necessárias à execução das decisões do Tribunal;

- d)** acompanhar a execução das decisões do Tribunal;
- e)** propor medidas cautelares visando à preservação do patrimônio público e ao cumprimento das normas constitucionais e legais;
- f)** acionar outros ramos do Ministério Público para a adoção das medidas legais no âmbito de sua competência e acompanhar as providências porventura adotadas;
- g)** manifestar-se nos processos em que seja obrigado por lei e, ainda, naqueles em que for cabível a sua intervenção para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou o grau de jurisdição;
- h)** representar ao Procurador-Geral de Justiça para arguição de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais que tratem de matérias afetas ao controle externo da Administração Pública em face da Constituição estadual;
- i)** representar ao Procurador-Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual que tratem de matérias afetas ao controle externo da Administração Pública em face da Constituição da República.

Missão

Zelar pelo cumprimento da Constituição da República e da Constituição do Estado de Minas Gerais e ser reconhecido como instituição de excelência na garantia da responsabilidade fiscal e da boa gestão dos recursos públicos, em benefício da sociedade.

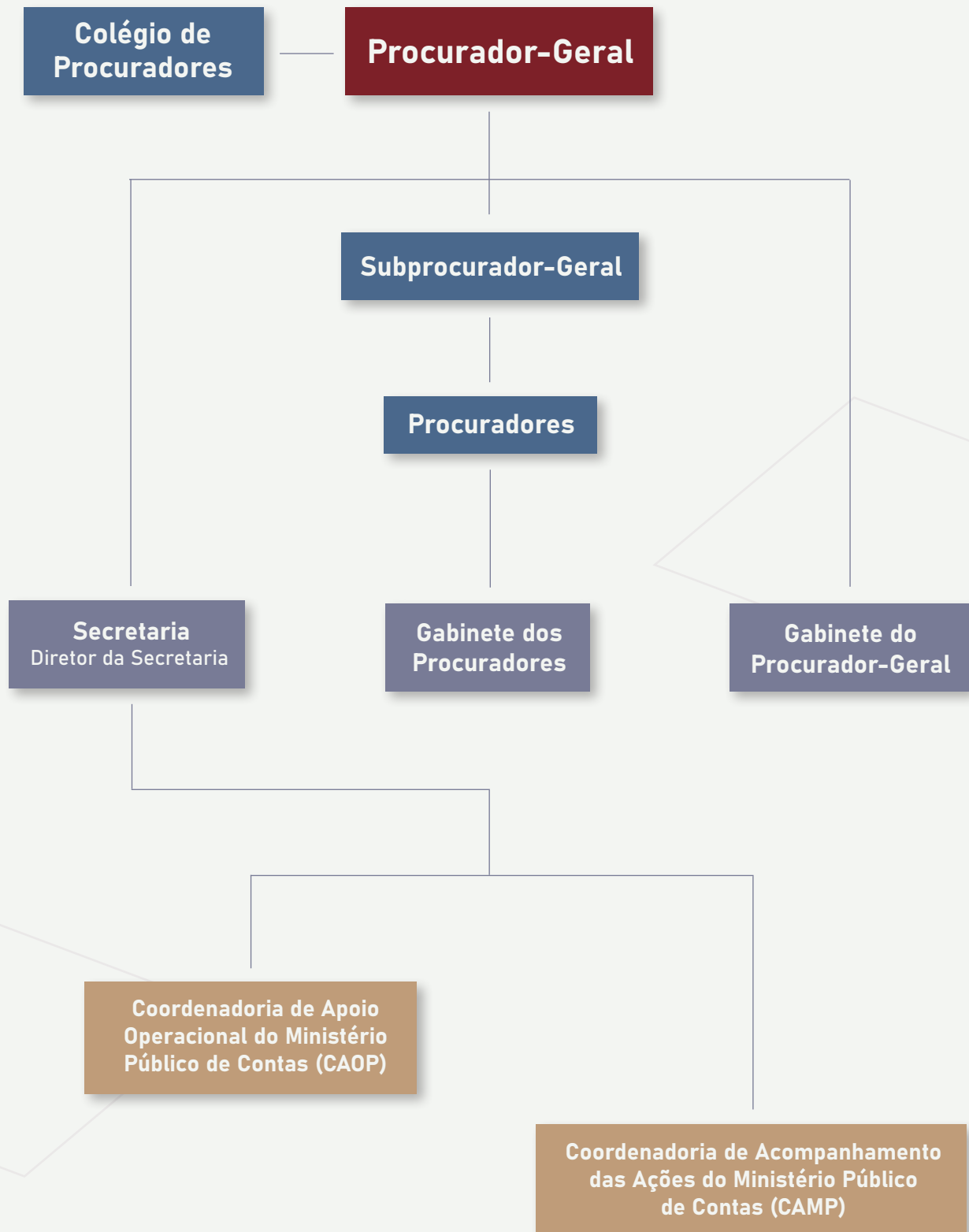
Visão

Ser instituição de referência no combate à corrupção e à má gestão dos recursos públicos, no âmbito do controle externo.

Valores

Integridade, transparência, independência funcional e efetividade.

Organograma



Mensagem do Procurador-Geral

Marcílio Barenco Corrêa de Mello



Ao final desta gestão, é com grande satisfação que refletimos sobre os últimos dois anos de trabalho árduo e comprometido. Durante este período, alcançamos significativos avanços para o MPC-MG, fundamentados em nossos valores: transparência, integridade, eficiência e independência funcional.

Ao ser eleito e posteriormente nomeado pelo Governador, eu tinha em mente dar continuidade ao excelente trabalho realizado pelos meus pares, mas, além de aprimorar o que já havia sido feito, tinha projetos que queria executar, acreditando que contribuiriam para o crescimento do MPC-MG perante a sociedade. Isso, não somente com o trabalho de fortalecimento da imagem do Órgão Ministerial, mas, principalmente, com a implementação de metodologias nos processos e procedimentos internos.

Desde o início de nossa gestão, nós nos comprometemos a pautar todas as nossas ações pelos princípios que fundamentam o MPC-MG. A transpa-

rência, que nos guia na divulgação clara e acessível de nossas atividades; a integridade, como baluarte inabalável de nossa conduta ética; a eficiência, que busca otimizar recursos e processos em busca de melhores resultados; e a independência funcional, que assegura nossa autonomia e imparcialidade em nossas decisões e atuações.

A gestão foi marcada por uma abordagem positivista que priorizou a *expertise* técnica em todos os aspectos. Em consonância com essa filosofia, nomeamos pessoas qualificadas para ocupar cargos técnicos dentro da instituição. Essa decisão estratégica não apenas fortaleceu a base técnica do MPC-MG, mas também garantiu uma abordagem fundamentada e objetiva na condução dos processos e procedimentos internos. Tal medida foi crucial para manter a coesão e a excelência em nossas atividades, contribuindo diretamente para a preservação dos valores fundamentais do MPC-MG.

Ao analisar o relatório de prestação de contas que apresentamos, é possível constatar como esses valores foram incorporados em cada uma de nossas iniciativas. Desde a criação da Ouvidoria e da Corregedoria até a implementação de um sistema de gestão mais transparente e eficiente, todas as nossas ações foram pautadas pela busca incessante pela excelência e pelo cumprimento dos princípios constitucionais.

Como disse Morpheus a Neo no filme *Matrix*: “Há uma diferença entre conhecer o caminho e percorrê-lo”. Nesse sentido, a Constituição da República de 1988 também ressalta a importância da liderança e da ação concreta na busca pela justiça e pela igualdade. Da mesma forma que os líderes do filme guiaram os personagens em direção à verdade, os princípios fundamentais da CR/88 nos orientam na construção de uma sociedade mais justa e transparente.

Sigamos juntos!



Apresentação

A contemporaneidade é marcada como a Era da Informação. Nesse contexto, o direito à informação, garantido pela Constituição da República de 1988 (CR/88), é basilar para participação social num sistema democrático (PERUZZO, 2004).

Nesse sentido, a comunicação é capaz de permitir aos indivíduos se informar sobre os acontecimentos e serem capazes de se autogovernar (KOVACH, ROSENSTIEL, 2001). Quando a comunicação é realizada por órgãos públicos, esse direito deve ser cumprido com mais rigor, pois dois importantes princípios do Direito Administrativo relacionados às instituições públicas são a transparência e a publicidade. Ademais, a CR/88 assegura o acesso à informação como direito fundamental, garantia complementada pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). O art. 3º da LAI estabelece as diretrizes que devem ser seguidas para que o direito à informação seja garantido, enquanto o art. 5º da referida lei assegura a linguagem acessível a todos os cidadãos:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (...)

Art. 5º É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão (BRASIL, 1998).

A questão central, além, obviamente, da garantia assegurada pela CR/88 de acesso à informação, especialmente em relação aos órgãos públicos, é de que não basta se noticiar e ser transparente, é necessário que essa lisura se dê de forma acessível a todos os cidadãos, conforme o art. 5º da LAI.

Este **Relatório de Gestão 2022-2024** cumpre essa função, de dar publicidade e transparência às ações desenvolvidas no período de maneira clara.

Notas bibliográficas

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos do Jornalismo - o que os jornalistas devem saber e o público exigir: Para que serve o Jornalismo*. Estados Unidos: Geração Editorial, 2001.

PERUZZO, C.M.K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.

AÇÕES INSTITUCIONAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO MPC-MG | 2022 - 2024

Secretaria

A Secretaria do Ministério Público de Contas é órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público de Contas, subordinado ao Procurador-Geral, e tem por finalidade prestar suporte jurídico e administrativo a esta autoridade no desempenho de suas atribuições institucionais, adotando as providências necessárias ao cumprimento de suas decisões. É composta pela Diretoria, pela Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP) e pela Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas (CAMP).

Diretoria

A Diretoria da Secretaria do Ministério Público de Contas, vinculada diretamente ao Procurador-Geral, tem por finalidade prestar auxílio a esta autoridade durante a gestão.

São atribuições da Diretoria:

- I** - planejar, coordenar, gerenciar e controlar as ações da CAOP e da CAMP, podendo avocar ou delegar qualquer atribuição submetida a tais órgãos;
- II** - registrar a lotação interna dos:
 - a)** servidores da Secretaria do Ministério Público de Contas, segundo determinação do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas;
 - b)** servidores dos Gabinetes dos Procuradores, segundo informação dos respectivos Procuradores;
- III** - atender às solicitações do órgão responsável pela gestão de pessoas do Tribunal de Contas relativas aos servidores lotados na Secretaria do Ministério Público de Contas e no Gabinete do Procurador-Geral;
- IV** - anotar e comunicar ao Procurador-Geral as falhas do serviço e as faltas dos servidores da Secretaria, inclusive disciplinares;
- V** - diligenciar junto ao Tribunal de Contas o desenvolvimento de sistemas de informação que atendam às necessidades do Ministério Público de Contas;

- VI** - elaborar relatórios de atividades trimestrais e anuais e remetê-los ao Tribunal de Contas, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei Complementar nº 102/2008;
- VII** - promover eventos e ações de divulgação institucional, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Procurador-Geral;
- VIII** - promover a articulação institucional em assuntos sujeitos à sua competência;
- IX** - adotar as providências pertinentes perante os órgãos do Tribunal de Contas para a participação dos servidores lotados na Secretaria do Ministério Público de Contas em congressos, seminários, cursos e outros eventos dessa natureza;
- X** - aprimorar e desenvolver métodos uniformes e integrados para a gestão operacional dos órgãos da Secretaria;
- XI** - receber as correspondências que estiverem endereçadas ao Ministério Público de Contas e que não apresentarem destinatário específico;
- XII** - prestar suporte jurídico e administrativo ao Procurador-Geral do Ministério Público de Contas;
- XIII** - exercer outras atribuições determinadas pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas.



Mensagem do Diretor

André Teixeira Tebit

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais completa 16 anos da posse dos seus primeiros membros em 2024. A cada ano, a importância e a visibilidade frente aos jurisdicionados cresceram exponencialmente e trouxeram novos desafios administrativos.

No âmbito do *Parquet*, foram instituídas a Ouvidoria e a Corregedoria, foi criado o Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC), foi desenvolvido o Planejamento Estratégico para o período 2024-2028, houve investimento em soluções de tecnologia, com ampliação dos sistemas e com a nomeação de servidor especializado, a Comunicação do MPC-MG passou a ser realizada por servidores da área.

Houve também atualização de computadores, mobiliário, bem como foi iniciada parte importante de projeto que altera a estrutura física do espaço próprio do MPC-MG.

Diante dessa nova organização, a Secretaria, juntamente com a Procuradoria-Geral, qualificou o corpo de servidores e estabeleceu novos processos de gestão na Diretoria, CAOP e CAMP, buscando o atendimento competente às demandas do MPC-MG.

Essa frente de ação buscou a melhoria contínua, com a mitigação de erros e pronto atendimento às solicitações dos Gabinetes.

Neste ponto, é importante destacar o trabalho do corpo técnico da Secretaria, pois são os servidores que fazem a máquina do MPC-MG funcionar.

Em nome da Secretaria, agradecemos ao Procurador-Geral, Dr. Marcílio, pelo apoio e confiança para concluirmos com sentimento de dever cumprido esta gestão.

Diretoria**Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)**

A Coordenadoria de Apoio Operacional subordina-se diretamente à Direção da Secretaria do Ministério Público de Contas e tem por finalidade a execução de ações relacionadas à tramitação processual e à gestão de pessoas, recursos materiais e financeiros.

Compete à CAOP:

- I** - organizar e gerenciar as atividades de protocolo e o acervo processual e documental que esteja sob sua guarda, de acordo com as normas técnicas;
- II** - receber documentos, conferindo a procedência e o conteúdo, encaminhando-os:
 - a)** à Diretoria da Secretaria do Ministério Público de Contas, se estiverem endereçados ao Ministério Público de Contas e não contiverem destinatário específico;
 - b)** ao Gabinete do Procurador-Geral, se estiverem endereçados a este;
 - c)** ao Gabinete do Procurador nominalmente identificado.
- III** - receber correspondência, encaminhando-a fechada:
 - a)** à Diretoria da Secretaria do Ministério Público de Contas, se estiverem endereçadas ao Ministério Público de Contas e não contiverem destinatário específico;
 - b)** ao Gabinete do Procurador-Geral, se estiverem endereçadas a este;
 - c)** ao Gabinete do Procurador nominalmente identificado.
- IV** - receber os processos oriundos do Tribunal de Contas, conferindo a procedência, o conteúdo e a regularidade da tramitação;
- V** - expedir e enviar documentos sujeitos a sua competência;
- VI** - inserir informações no Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos (SGAP), no que se refere aos atos de sua competência;
- VII** - manter em arquivo documentos e processos sujeitos a sua guarda e zelar pela sua atualização e fidedignidade;

VIII - fiscalizar a formalidade de anexação das manifestações ministeriais no SGAP, recusando o recebimento dos processos nos quais a manifestação não tenha sido anexada;

IX - coordenar os serviços de gestão de pessoas e materiais, manutenção, limpeza, conservação, secretariado, transporte, recepção e copa no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas e do Gabinete do Procurador-Geral;

X - coordenar os serviços de manutenção, limpeza, conservação e copa no âmbito dos Gabinetes dos Procuradores;

XI - dar publicidade ao protocolo e à movimentação dos processos;

XII - executar outras atividades determinadas pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas.

Alterações do fluxo de trabalho da CAOP

por Vanderlei Alves Nicolau (Coordenador da CAOP)

Com o início da gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, os servidores da CAOP passaram a elaborar relatórios diários de suas atividades, que são compilados semanalmente e enviados à Diretoria e à Procuradoria-Geral.

Na organização do setor, por ordem do Procurador-Geral, foi determinado que todos tenham seus tabelares, que lhes substituem nas atividades do dia a dia e em suas ausências. Ainda nesse contexto, foram criadas gerências para melhor distribuição do trabalho e das responsabilidades.

Todos os documentos físicos constantes na unidade, recebidos em sua maioria na instauração de procedimentos próprios do MPC, foram arquivados no SIMP, em atividade executada por todos os servidores.

A Ordem de Serviço (OS) n.º 01, de 18 de agosto de 2022, alterou o fluxo de tramitação processual e de documentos sob a forma digital e pela via eletrônica no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas. A partir da

publicação da OS, a Secretaria do Ministério Público de Contas, nos dias em que há expediente, recebe e remete autos processuais e documentos apenas sob a forma digital e pela via eletrônica. Excepcionalmente, autos processuais e documentos físicos são digitalizados pela CAOP, visando ao ulterior envio aos Gabinetes dos Procuradores e às unidades do Ministério Público de Contas e/ou do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A Ordem de Serviço n.º 02, de 29 de setembro de 2022, alterou a autuação e o fluxo de tramitação, no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas, dos recursos interpostos em face de decisões de arquivamento em matéria de procedimentos e assuntos administrativos em geral. Os recursos são enviados à Secretaria do Ministério Público de Contas sob a forma eletrônica para autuação em autos apartados, tramitando em apenso ao procedimento ou assunto administrativo principal. Na CAOP, são imediatamente protocolizados e autuados como “assunto administrativo na espécie recurso” junto ao Sistema Informatizado do Ministério Público de Contas (SIMP), sendo distribuídos com numeração própria. A CAOP registra o número do “assunto administrativo na espécie recurso” em autos apensos ao procedimento ou assunto administrativo recorrido, devolvendo-o eletronicamente ao Procurador que proferiu a decisão monocrática no procedimento principal ou o distribuindo de forma aleatória a outro Procurador relator.

A Resolução MPC-MG nº 26, de 4 de agosto de 2022, por sua vez, alterou a competência do Procurador-Geral para atuar nos processos em que sejam necessárias medidas legais cabíveis e nos processos que envolvam o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes de Tribunais, o Procurador-Geral de Justiça e o Defensor Público-Geral do Estado. Dessa forma, a CAOP acompanha a tramitação de todos os processos que tenham as partes supracitadas com a finalidade de redistribuir ao Procurador-Geral, quando da entrada de algum desses na unidade.

Já a Resolução MPC-MG nº 29, de 7 de junho de 2023, alterou a competência dos Procuradores nas representações interpostas perante o Tribunal de Contas. A partir da publicação da Resolução, em 15 de junho de 2023, a representação que retorna à CAOP para manifestação conclusiva é redistribuída

de forma aleatória, alternada e igualitária a outro Procurador de que trata o art. 32, IX, da Lei Complementar nº 102, de 17 de janeiro de 2008, salvo quando interposta pelo Procurador-Geral no exercício de sua atribuição exclusiva. Para atingir tal intento, a CAOP acompanha diariamente o andamento das representações, a fim de que se faça a redistribuição na hora e tempo certos.

Foi elaborado, com o apoio da Diretoria de Gestão de Pessoas, o Mapa de Atribuições por Produto (MAP), com a descrição das atividades e dos produtos da Coordenadoria, com medição detalhada do tempo de execução de cada demanda. Ao fim, constatou-se que o número de pessoas sugerido pelo MAP é 11, embora a Coordenadoria à época contasse com 10 servidores (hoje 9) entre efetivos e contratados.

Ademais, foi instaurada uma máquina de protocolo na CAOP, o que permitiu a liberação de acesso ao SGAP para cadastro dos documentos para posterior remessa eletrônica. Atualmente, executa-se protocolo tanto de expedientes da CAMP, destinados à Presidência, quanto de documentos que visam à instauração de procedimentos próprios do MPC.

Há uma gerência de digitalização de processos na CAOP. Estão sendo digitalizados todos os procedimentos físicos já arquivados, com a juntada dos arquivos no SIMP, para facilitar o acesso dos gabinetes.

Em atenção à determinação do Procurador-Geral, foram elaboradas certidões com os quantitativos de produtividade dos Procuradores, tanto de elaboração de pareceres de processo do TCE quanto de procedimentos próprios, dos anos 2020 a 2022.

Foi elaborado um projeto de gestão de documentos da CAOP, conforme solicitado pela Secretaria. O trabalho foi realizado entre os meses de setembro de 2023 e janeiro de 2024. O objetivo principal foi estabelecer um sistema eficiente de arquivamento digital que permita fácil acesso, segurança e organização dos documentos relacionados à CAOP. Cabe agora a sua implementação no setor.

Diretoria**Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas (CAMP)**

A CAMP subordina-se diretamente à Direção da Secretaria do Ministério Público de Contas e tem por finalidade a execução de ações para a garantia da efetividade das decisões do Tribunal e da atuação ministerial.

Compete à CAMP:

- I** - elaborar análise técnica conclusiva em processos remetidos ao Ministério Público de Contas para medidas legais cabíveis, e submetê-las à aprovação do Procurador-Geral, que proferirá despacho determinando diligências ou concluindo pelo arquivamento definitivo dos autos;
- II** - receber e registrar as solicitações externas de informações ou cópias de autos, submetendo-as ao Procurador-Geral;
- III** - executar as ordens do Procurador-Geral referentes às diligências de que tratam os incisos anteriores, incluindo a expedição de ofícios do Procurador-Geral e a confecção de cópias físicas ou eletrônicas de documentos;
- IV** - remeter, de ofício, as certidões de multa à Advocacia-Geral do Estado, bem como atender as solicitações de envio de cópias de processos para a instrução das ações judiciais;
- V** - atender às solicitações de envio de documentação complementar apresentadas pelo Poder Legislativo municipal para fins de julgamento das contas do chefe do Poder Executivo municipal;
- VI** - manter o controle de ofícios expedidos e de informações sobre o cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, quando pendentes de providências de advocacias municipais, câmaras legislativas ou da Advocacia-Geral do Estado;
- VII** - manejar e inserir informações no Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Processos (SGAP), inclusive anexar as manifestações ministeriais, no que se refere aos atos de sua competência;
- VIII** - tomar as providências relativas aos procedimentos investigatórios determinadas pelo Procurador-Geral;

- IX** - manter em arquivo os procedimentos internos e os processos sujeitos a sua guarda, preferencialmente em meio digital;
- X** - elaborar os relatórios de acompanhamento da execução das decisões, indicando as providências adotadas;

Alterações do fluxo de trabalho da CAMP

por Maria Carmem Reis Almeida de Castro
(Coordenadora da CAMP)

Na gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, os processos passaram a ser distribuídos no momento de chegada ao setor, aprimorando a agilidade na análise e o controle das atividades a serem desempenhadas, caso a caso. Dessa forma, cada servidor passa a ser responsável pelo processo desde a entrada até a saída do setor, incluindo a contagem dos prazos cabíveis à espécie;

Foi instituído o sistema de substituição cíclica, de forma que, na ausência de qualquer servidor, sempre haverá um substituto imediato para o exercício das atividades por ele desempenhadas. Com isso, nenhum procedimento exercido pela CAMP é paralisado e/ou suspenso pela ausência de qualquer colaborador/servidor.

Na análise das contas municipais, conforme estabelecido no Item I, o controle dos prazos legais e procedimentais passou a ser realizado de forma diária, sendo estabelecida a métrica de prazo máximo de 180 dias no setor para os processos de Prestação de Contas.

Por esse motivo, vencido o prazo legal de 120 dias e permanecendo inerte o responsável pela remessa, a CAMP oficia novamente o Presidente da Câmara Municipal respectiva, concedendo novo prazo de 30 dias para cumprimento da obrigação. Havendo descumprimento reiterado do prazo, o processo é remetido ao relator do processo, com parecer ministerial solicitando a realização de diligência e a aplicação de multa. O resultado da instauração desse procedimento reduziu não apenas o período de permanência do processo no Ministério Público de Contas, mas também contribuiu para a agilidade da remessa da documentação pelas Câmaras.

No acompanhamento das execuções, houve a adoção de novos procedimentos para facilitar a análise da conveniência, oportunidade e prazo das cobranças dos débitos imputados pelo Tribunal, os acompanhamentos das certidões foram divididos em três eixos de acompanhamento: certidões antigas – marco temporal 2017; certidões emitidas de 2018 a maio de 2022 e certidões novas – Gestão Dr. Marcílio Barenco.

No caso de certidões antigas (até 2017), foram atualizados os dados e, sobretudo, diligenciamos perante o Tribunal de Justiça eventuais sentenças relativas aos débitos em comento que, porventura, ainda não haviam sido informadas ao MPC-MG. O objetivo é realizar anualmente a busca de atualizações relativas a débitos antigos, cuja cobrança atual seria inviável e inoportuna.

Já no caso de certidões emitidas a partir de 2018, atualizamos os dados e, sobretudo, diligenciamos perante o Tribunal de Justiça eventuais sentenças relativas aos débitos em comento que, porventura, ainda não haviam sido informadas ao MPC-MG:

Reiteramos as cobranças referentes a processos para os quais não obtivemos respostas, dos quais:

- ♦ Foram ajuizadas aproximadamente 200 ações judiciais após a cobrança;
- ♦ Concluímos cerca de 300 acompanhamentos, devido a quitação e/ou prescrição;
- ♦ Encaminhamos ao responsável pelo Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC) os demais débitos não prescritos, que não foram objeto de resposta pela entidade municipal, com o intuito de viabilizar acordos e pagamentos extrajudiciais ou proceder ao protesto.

Quanto a certidões emitidas a partir de junho de 2022, em caso de inércia do Município, encaminhamos as certidões ao NURC.

No caso de processos de “medidas cabíveis” foi estabelecido o prazo para análise/saída de 10 dias.

Comissões

O MPC-MG conta com quatro Comissões (Gestão Documental, CPPD, Integridade, Regimento Interno) e o Comitê SIMP.

A **Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério Público de Contas**, estabelecida pela Resolução nº 20, de 3 de dezembro de 2020, é presidida pelo Procurador **Glaydson Santo Soprani Massaria**. Ela é responsável pela gestão documental do Órgão Ministerial, incluídas a sua classificação, guarda, conservação, arquivamento e temporalidade de armazenamento, produzidos ou recebidos, no âmbito do MPC-MG.



Glaydson Massaria

Essa Comissão surgiu no contexto da pandemia de Covid-19 atendendo a uma necessidade inicial de reduzir a massa documental produzida na Instituição. Tratava-se de tarefa urgente para que os servidores pudessem trabalhar remotamente naquele momento.

A Comissão atuou também na elaboração do Plano de Classificação de Documentos e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos, bem como no enquadramento dos documentos nesse Plano de Classificação e na definição do tempo de guarda desses documentos.

Atualmente, concomitante ao tratamento dos documentos, está envolvida no planejamento do Memorial do MPC-MG, um projeto que visa valorizar e preservar a identidade e a memória institucional.

Já a **Comissão Permanente de Proteção de Dados**, instituída pela Portaria PG nº 18, de 5 de julho de 2022, é presidida pela Procuradora Maria Cecília Borges. Essa Comissão avalia os mecanismos de tratamento e proteção dos dados existentes e propõe ações para a conformidade das atividades do MPC-MG com as disposições da Lei federal nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); formula princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propõe sua regulamentação; supervisiona a execução das ações aprovadas para viabilizar o atendimento da LGPD; presta orientações aos servidores da Instituição a respeito das práticas a serem adotadas em relação à proteção de dados pessoais; promove o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos, especialmente com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; recebe comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adota providências pertinentes, condicionadas à prévia autorização do Procurador-Geral; e recebe reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestando os esclarecimentos devidos.

Tendo em vista a importância do tema, a Procuradora **Maria Cecília Borges** contribui mensalmente com o informativo MPC Notícias dedicando-se a uma coluna exclusiva à Lei Geral de Proteção de Dados, a Lex Data, para fornecer atualizações sobre a legislação.



Maria Cecília Borges

O **Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP**, instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 19, de 3 de dezembro de 2020, é presidido pelo Diretor do MPC-MG, André Tebit. Suas atribuições são: supervisionar a implantação, o desenvolvimento, o gerenciamento, o suporte e a manutenção preventiva e corretiva do sistema, propondo a adoção de medidas para a sua melhoria; zelar pela adequação do sistema aos requisitos legais e às necessidades do MPC-MG; propor a definição de requisitos funcionais e não funcionais do sistema, conciliando as necessidades dos usuários externos e internos; propor

normas regulamentares adicionais do sistema; propor e manifestar-se sobre a implementação de mudanças, inclusive de cronograma; aprovar o plano de gerência de configuração e o cronograma de liberação de versões; desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade. Esse Comitê é supervisionado pelo Procurador-Geral.

A **Comissão Permanente de Integridade**, também presidida por Tebit e supervisionada pelo Procurador-Geral, foi instituída pela Resolução nº 22, de 30 de maio de 2022. É responsável pela elaboração de Programa de Integridade do MPC-MG e pelo apoio no desenvolvimento das ações de integridade, bem como pela elaboração do Planejamento Estratégico.

Por fim, a **Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas**, instituída pela Portaria PG nº 22, de 6 de julho de 2022, é presidida pela Procuradora Corregedora Sara Meinberg. Compete a essa Comissão apresentar anteprojeto de Regimento Interno do Órgão Ministerial, acompanhado de exposição de motivos, com a respectiva revisão de normativos.



Criação da Ouvidoria

Por meio da Resolução MPC-MG nº 31, de 7 de junho de 2023, foi instituída a Ouvidoria do MPC-MG, que tem como objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

A Procuradora do MPC-MG **Elke Andrade Soares de Moura** tomou posse em 19 de junho de 2023 como Ouvidora, desempenhando suas atribuições até 31 de maio de 2024. Ela foi nomeada pela Portaria PG nº 12/2023 após a instituição da Resolução MPC-MG nº 31/2023, que criou a Ouvidoria e foi aprovada pelo Colégio de Procuradores em reunião realizada no dia 7 de junho de 2023.



Elke Moura

Em sua posse, a Procuradora afirmou que “a Ouvidoria é mais um importante canal de participação do cidadão nas atividades que um órgão desenvolve, seja para manifestar seu descontentamento com a prestação de determinado serviço, fazer elogios ou mesmo para contribuir com o aperfeiçoamento dos trabalhos realizados, consistindo em relevante ferramenta de gestão e de fortalecimento do Estado Democrático de Direito. É essencial que os órgãos públicos se aproximem cada vez mais da sociedade, destinatária dos serviços que prestam, ampliando a transparência e os instrumentos para o exercício efetivo da cidadania ativa”.

Primeira Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura teve o desafio de implementar toda a sistemática de Ouvidoria no Órgão Ministerial, tais como abertura de canal de comunicação e sistemas de informação interno e externo. Criados esses canais, a Ouvidoria do MPC-MG passou a integrar a Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv) e a Rede Ouvir de Minas Gerais.

Renouv: Coordenada pela Ouvidoria-Geral da União, a Rede Nacional de Ouvidorias (Renouv) é um fórum de integração das ouvidorias públicas, que visa tanto consolidar uma agenda nacional de ouvidoria pública e participação social quanto garantir os direitos dos usuários de serviços públicos. Sua finalidade é integrar as ações de simplificação desenvolvidas pelas Ouvidorias dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Todas as Ouvidorias que fazem a adesão à Rede podem utilizar gratuitamente a Plataforma FalaBR para administração das demandas encaminhadas pelos cidadãos e ter acesso às ações de capacitação para agentes públicos em matéria de ouvidoria, acesso à informação, simplificação de serviços, entre outros. Também é disponibilizado o Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Profort), cujo objetivo é apoiar na execução das atividades de ouvidoria. A intenção da Ouvidoria do MPC-MG é obter o acesso à citada plataforma, tão logo sejam liberados novos acessos, como maneira de processar e administrar as demandas recebidas.

Rede Ouvir-MG: A Rede Mineira de Ouvidorias, com atuação em nível estadual, tem como escopo consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre as instituições partícipes visando fomentar a expansão do instituto da Ouvidoria em prol do cidadão e do fortalecimento de ferramentas ligadas ao controle social. A adesão do MPC-MG a essa Rede foi firmada em agosto de 2023.

Ouvidoria em números

No período entre junho e dezembro de 2023, foram realizados **351 atendimentos** entre reclamações, pedidos de informações, solicitações, ciências, representações, sugestões e denúncias.

Esses dados foram extraídos do relatório de atividades da Ouvidoria submetido a conhecimento do Colégio de Procuradores na Sessão Virtual de 7 a 13 de maio de 2024, conforme dispõe o art.2, inciso VI da Resolução MPC-MG 31/2023.

Criação da Corregedoria

Em 10 de novembro de 2023, a Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais **Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte** tomou posse como Corregedora do Órgão Ministerial, na recém-inaugurada Corregedoria.



Sara Meinberg

A eleição ocorreu na 2ª Reunião Ordinária desse ano, realizada no dia 9 de novembro, em que o Colégio de Procuradores escolheu a Procuradora como a primeira Corregedora da história do *Parquet* de Contas, em mandato até 31 de maio de 2024 que foi renovado em eleição ocorrida em 30 de abril. Em meio a expectativas e responsabilidades, a primeira Corregedora do MPC-MG assumiu o desafio de liderar a recém-inaugurada unidade administrativa.

A Corregedoria foi instituída por meio da Resolução MPC-MG nº 33, de 17 de outubro de 2023, e corresponde à unidade de orientação e de fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do MPC-MG. Confira todas as atribuições designadas à Corregedora [aqui](#).



Criação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC)

O Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos (NURC) é uma unidade organizacional vinculada à Procuradoria-Geral cuja função é fornecer apoio nas tratativas que visam à resolução consensual de controvérsias relevantes e prevenção de conflitos relacionados a órgãos e entidades da Administração Pública estadual e municipal.

Com a implementação do NURC, o MPC-MG deu um passo significativo para promover a transparência, responsabilidade e eficiência na gestão pública, ao estabelecer mecanismos extrajudiciais para a resolução pacífica de controvérsias e prevenção de conflitos.



O NURC foi instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 32, de 17 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial de Contas em 23 de outubro do mesmo ano. Em 12 de janeiro, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais emitiu a Portaria PG nº 03, publicada no Diário Oficial de Contas, designando servidores para compor e coordenar o NURC. Sob a presidência do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, é coordenado pelo servidor Sandro Maurício Pereira de Souza Monteiro, que realiza os trabalhos conjuntamente a Vinícius Oliveira de Almeida e Natália Souza Félix.

Dados de conciliações realizadas no âmbito da Procuradoria-Geral

23 de outubro de 2023 - 10 de abril de 2024

59**Conciliações realizadas**

26 On-line

33 Presencial

30**Conciliações não realizadas por ausência injustificada****27****Certidões quitadas**

17 Pagamentos espontâneos com conciliação

2 Pagamentos espontâneos sem conciliação

5 Pagamentos no cartório

3 Pagamentos pós protesto

64**Títulos protestados****Total arrecadado**

R\$ 74.192,42 (setenta e quatro mil cento e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) oriundos de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas.

Estruturação do Gabinete de Inteligência e Contraineligência

Chefiado pelo Subprocurador-Geral, **Daniel de Carvalho Guimarães**, o Gabinete de Inteligência e Contraineligência (GI) foi criado pela Resolução nº 21 de 2020 e teve o início de suas atividades em 22 de junho de 2022. Nas palavras de Guimarães, é preciso fazer uma distinção entre inteligência e contraineligência:



Daniel Guimarães

Inteligência:

Definida como a atividade de produção de conhecimento com o objetivo específico de auxiliar o usuário a tomar decisões de maneira mais fundamentada. No âmbito do MPC-MG, a Inteligência visa prover o Procurador-Geral e os Procuradores de conhecimento produzido para possibilitar uma decisão mais sólida em seus fundamentos, além de orientar a atuação de servidores públicos.

Contraineligência:

É a atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse do MPC-MG. Como exemplo atual, pode-se citar que cabe à Contraineligência identificar e monitorar ações externas advindas de outras instituições públicas ou pessoas privadas, via Poder Judiciário, que ameacem prerrogativas do MPC-MG.

O GI tem a atribuição de realizar as atividades supracitadas reunindo elementos, dados e informações para a preservação da segurança institucional e o desenvolvimento da atividade investigativa do MPC-MG. Assim, essas atribuições podem ser divididas em três arenas: a primeira delas, a função normativa, que lhe impõe a formulação de políticas e normas sobre segurança institucional, pessoas, dados materiais e locais de investigações de competência do MPC-MG. Em segundo lugar, tem-se a função executiva, de produção de conhecimento, que visa subsidiar os agentes públicos envolvidos com segurança institucional e com investigações, por meio da elaboração de relatórios de inteligência e estratégias de investigação. Por fim, tem-se a função de aperfeiçoamento, que atua em cooperação técnica com outras instituições públicas e privadas, quando couber, para a ampliação do banco de dados do *Parquet* de Contas mineiro, o acesso a novas tecnologias da informação, como sistemas de informática e inteligência artificial, e a atuação em rede com outras esferas do controle externo na prevenção e no combate a ilícitos.

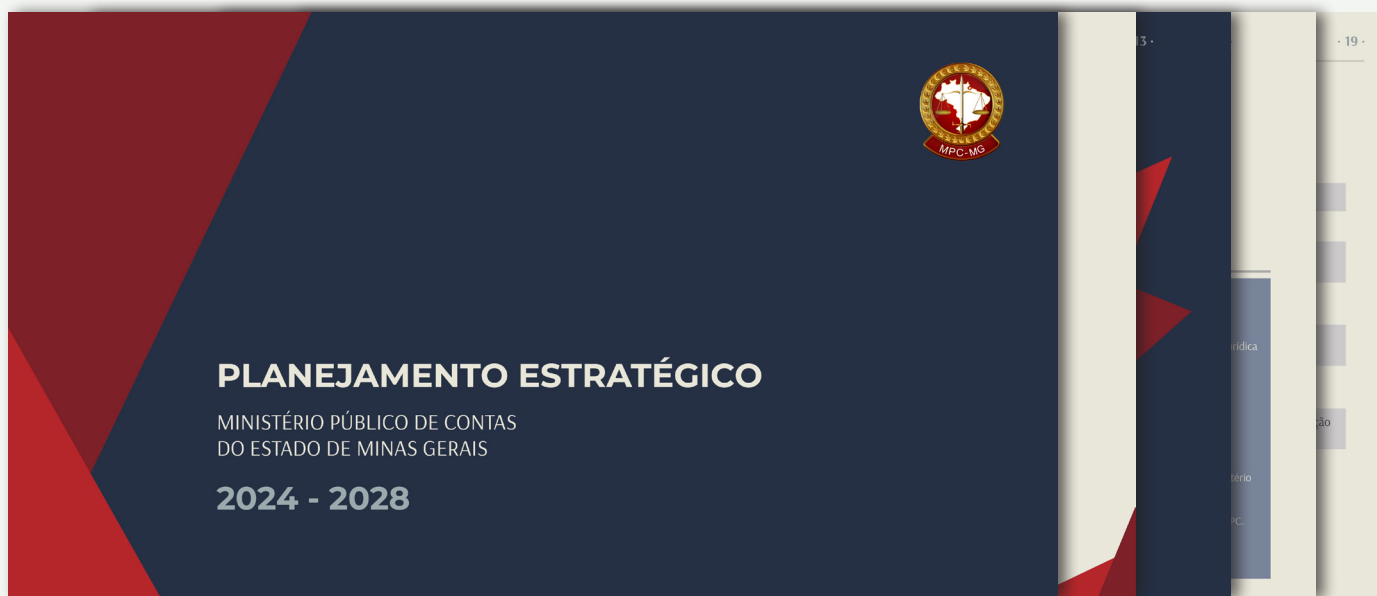


Elaboração do Planejamento Estratégico

O primeiro Planejamento Estratégico (PE) do MPC-MG, fruto do trabalho da Comissão de Integridade, designada pela Portaria PG n. 21, de 5 de julho de 2022, institui os objetivos e as ações prioritárias do MPC-MG a serem realizados no período de 2024 a 2028.

O PE visa dialogar com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), tendo em vista que os objetivos desse órgão e do *Parquet* de Contas devem estar minimamente alinhados, bem como devem estar alinhadas as demandas orçamentárias e financeiras que muitos dos objetivos e ações previstos exigem.

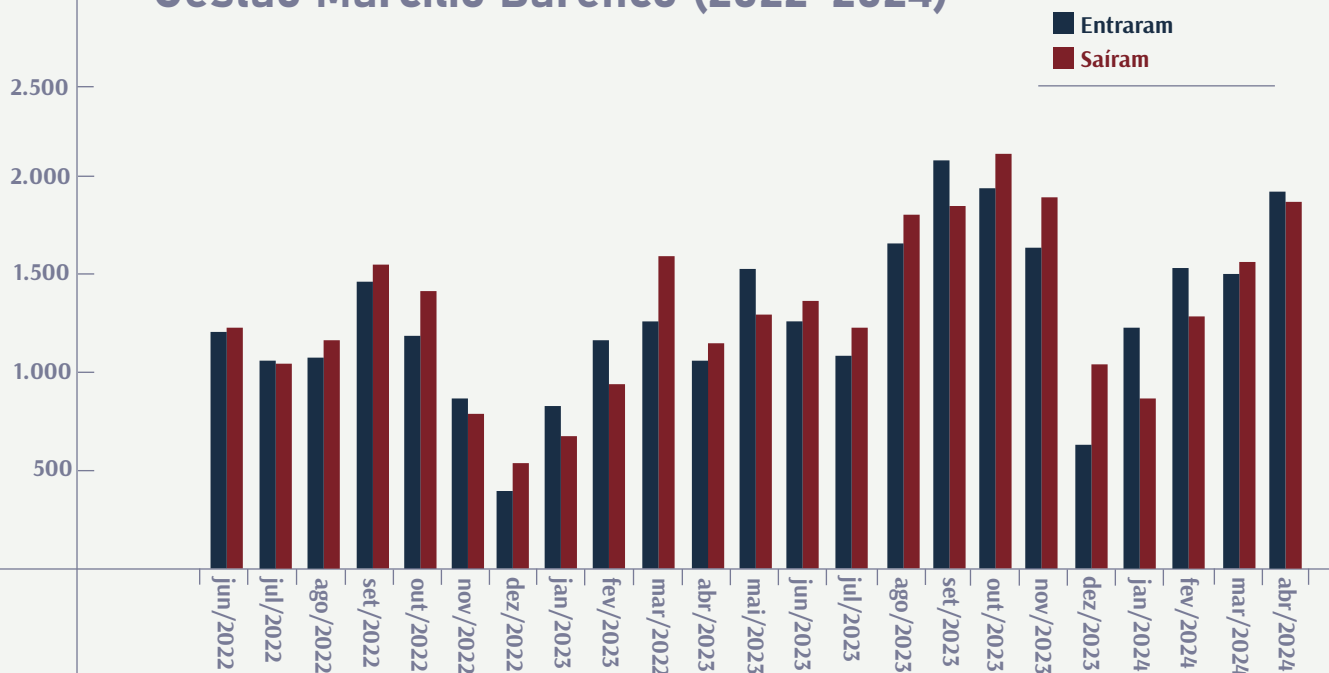
Embora o PE vise a determinados resultados e objetivos, ele está sujeito a revisões e readequações para que possam ser alcançados os fins originalmente avençados, e isso se dará pela flexibilidade da programação das ações. É que, conquanto os objetivos estratégicos tendam a permanecer ao longo do tempo, as ações para alcançá-los poderão sofrer alterações de oportunidade, conveniência ou prioridade, conforme as circunstâncias assim exijam.



MPC-MG em Números

Processos que entraram e processos que saíram

Gestão Marcílio Barenco (2022-2024)



Processos que entraram

2022

Junho: 1.216 | Julho: 1.074 | Agosto: 1.080 | Setembro: 1.437 | Outubro: 1.161
 Novembro: 832 | Dezembro: 430

2023

Janeiro: 803 | Fevereiro: 1.118 | Março: 1.382 | Abril: 1.074 | Maio: 1.572
 Junho: 1.226 | Julho: 1.174 | Agosto: 1.705 | Setembro: 2.128 | Outubro: 1.958
 Novembro: 1.691 | Dezembro: 679

2024

Janeiro: 1.295 | Fevereiro: 1.512 | Março: 1500 | Abril: 1912

Processos que saíram

2022

Junho: 1.221 | Julho: 1.049 | Agosto: 1.113 | Setembro: 1.556 | Outubro: 1.342
 Novembro: 776 | Dezembro: 547

2023

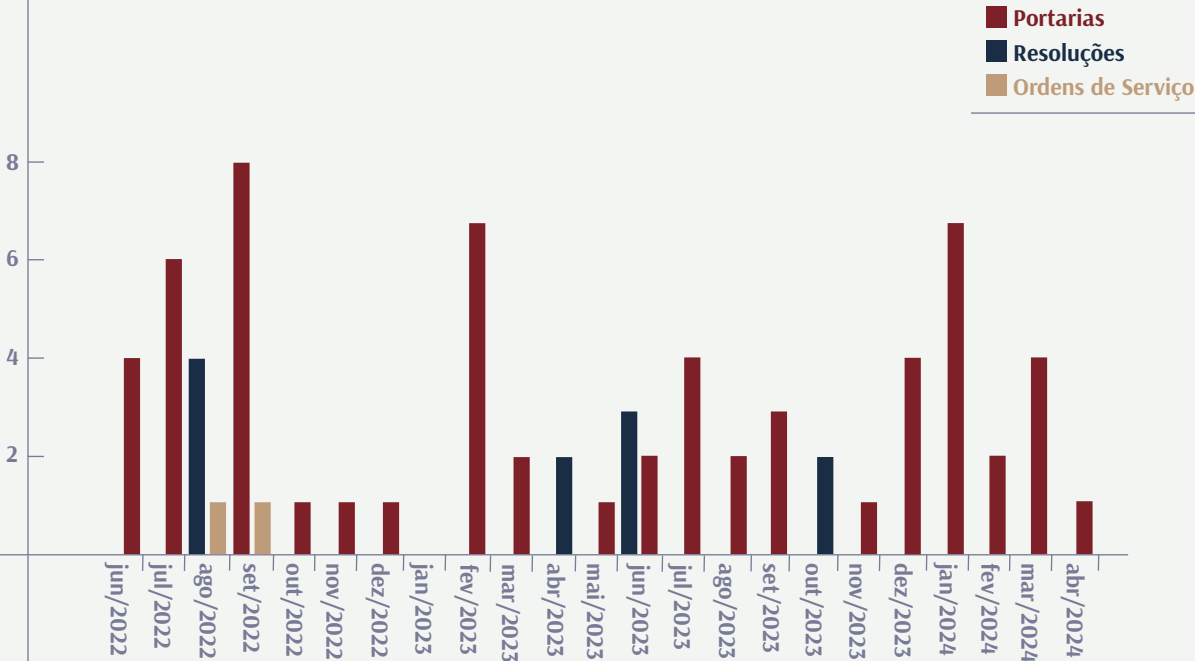
Janeiro: 676 | Fevereiro: 964 | Março: 1.613 | Abril: 1.135 | Maio: 1.375
 Junho: 1.408 | Julho: 1.241 | Agosto: 1.836 | Setembro: 1.764 | Outubro: 2.166
 Novembro: 1.822 | Dezembro: 1.083

2024

Janeiro: 831 | Fevereiro: 1.390 | Março: 1530 | Abril: 1817

Atos normativos MPC-MG

Gestão Marcílio Barenco (2022-2024)



Portarias

2022

Junho: 4 | Julho: 6 | Setembro: 8 |
Outubro: 1 | Novembro: 1 | Dezembro: 1

2023

Fevereiro: 7 | Março: 2 | Maio: 1 | Junho: 2 | Julho: 4 | Agosto: 2
Setembro: 3 | Novembro: 1 | Dezembro: 4 |

2024

Janeiro: 7 | Fevereiro: 2 | Março: 4 | Abril: 1

Resoluções

2022

Agosto: 4

2023

Abril: 2 | Junho: 3 | Outubro: 2

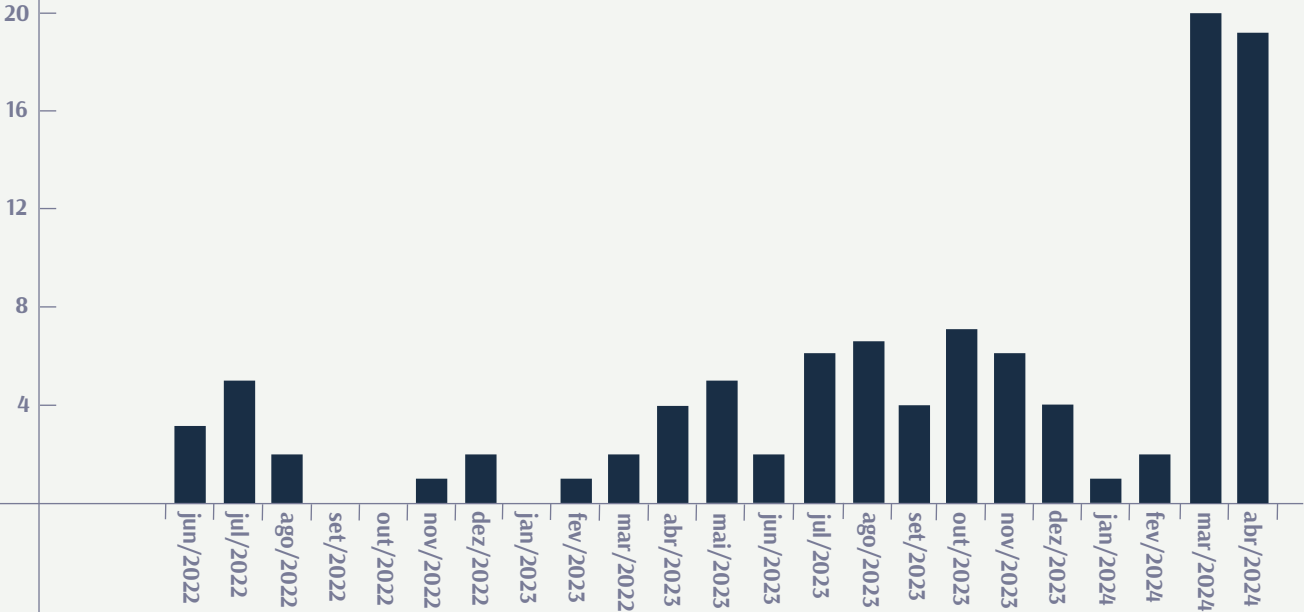
Ordens de serviço

2022

Agosto: 1 | Setembro: 1

Representações

formuladas pelos Procuradores no biênio 2022-2024



Representações

2022

Junho: 3 | Julho: 5 | Agosto: 2 | Novembro: 1 | Dezembro: 2 |

2023

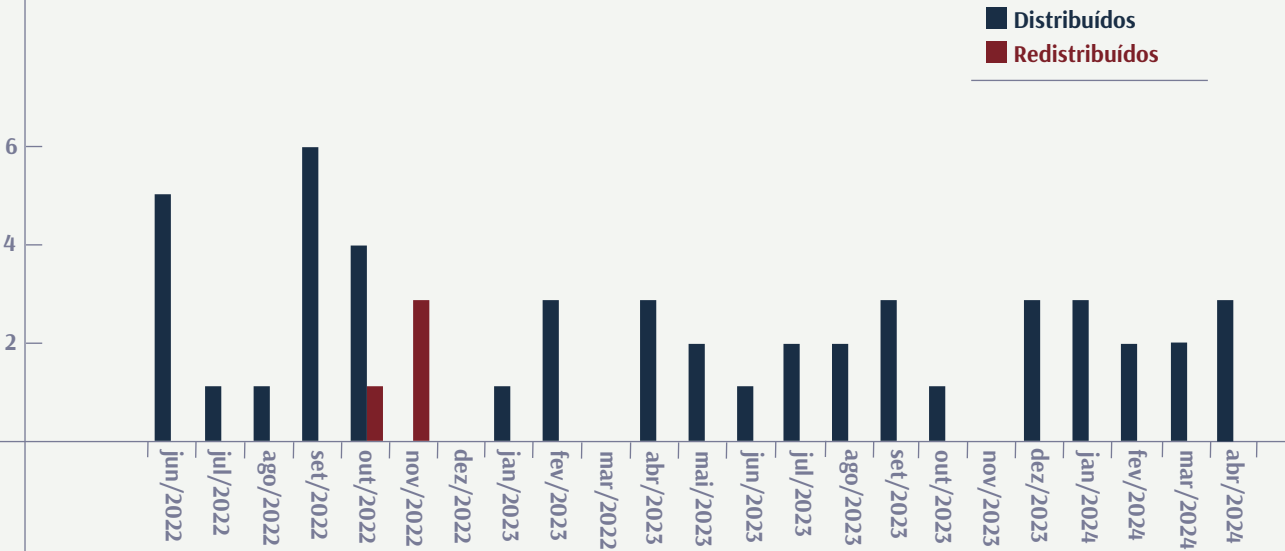
Fevereiro: 1 | Março: 2 | Abril: 4 | Maio: 5 | Junho: 2 | Julho: 6 |
Agosto: 6 | Setembro: 4 | Outubro: 7 | Novembro: 6 | Dezembro: 4 |

2024

Janeiro: 1 | Fevereiro: 2 | Março: 20 | Abril: 19

Assuntos Administrativos

distribuídos no MPC-MG no biênio 2022-2024



Distribuídos

2022

Junho: 5 | Julho: 1 | Agosto: 1 | Setembro: 6 | Outubro: 4

2023

Janeiro: 1 | Fevereiro: 3 | Abril: 3 | Maio: 2 | Junho: 1
Julho: 2 | Agosto: 2 | Setembro: 3 | Outubro: 1
Dezembro: 3

2024

Janeiro: 3 | Fevereiro: 2 | Março: 2 | Abril: 3

Redistribuídos

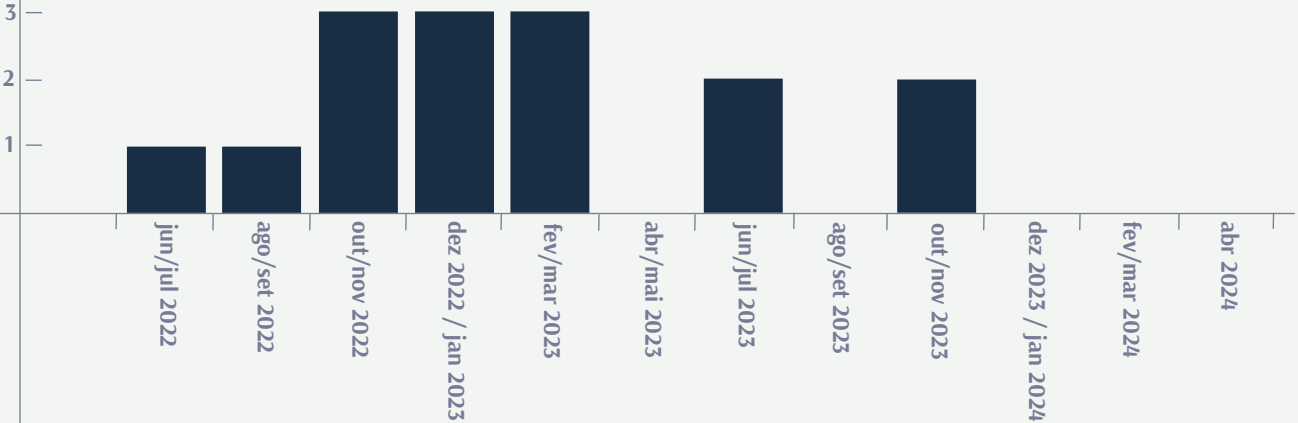
2022

Outubro: 1 | Novembro: 3

Pedidos de Cooperação

distribuídos no MPC-MG no biênio 2022-2024

MPC-MG em Números



Pedidos de Cooperação

2022

Junho: 1 | Agosto: 1 | Outubro: 2 | Novembro: 1

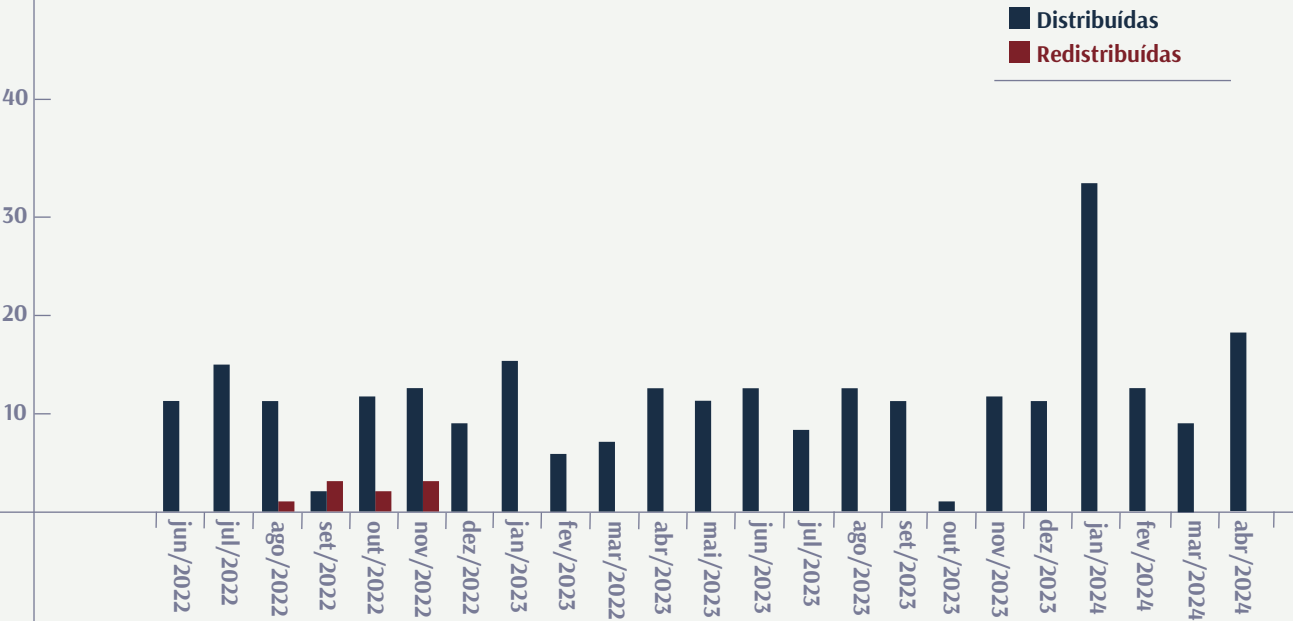
2023

Janeiro: 3 | Fevereiro: 1 | Março: 2 |
Julho: 2 | Outubro: 1 | Novembro: 1

Notícias de Irregularidades

distribuídas no MPC-MG

no biênio 2022-2024



Distribuídas

2022

Junho: 11 | Julho: 15 | Agosto: 11 | Setembro: 2
Outubro: 12 | Novembro: 14 | Dezembro: 9

2023

Janeiro: 16 | Fevereiro: 6 | Março: 8 | Abril: 13 | Maio: 12
Junho: 13 | Julho: 7 | Agosto: 13 | Setembro: 11
Outubro: 1 | Novembro: 12 | Dezembro: 11

2024

Janeiro: 33 | Fevereiro: 13 | Março: 9 | Abril: 19

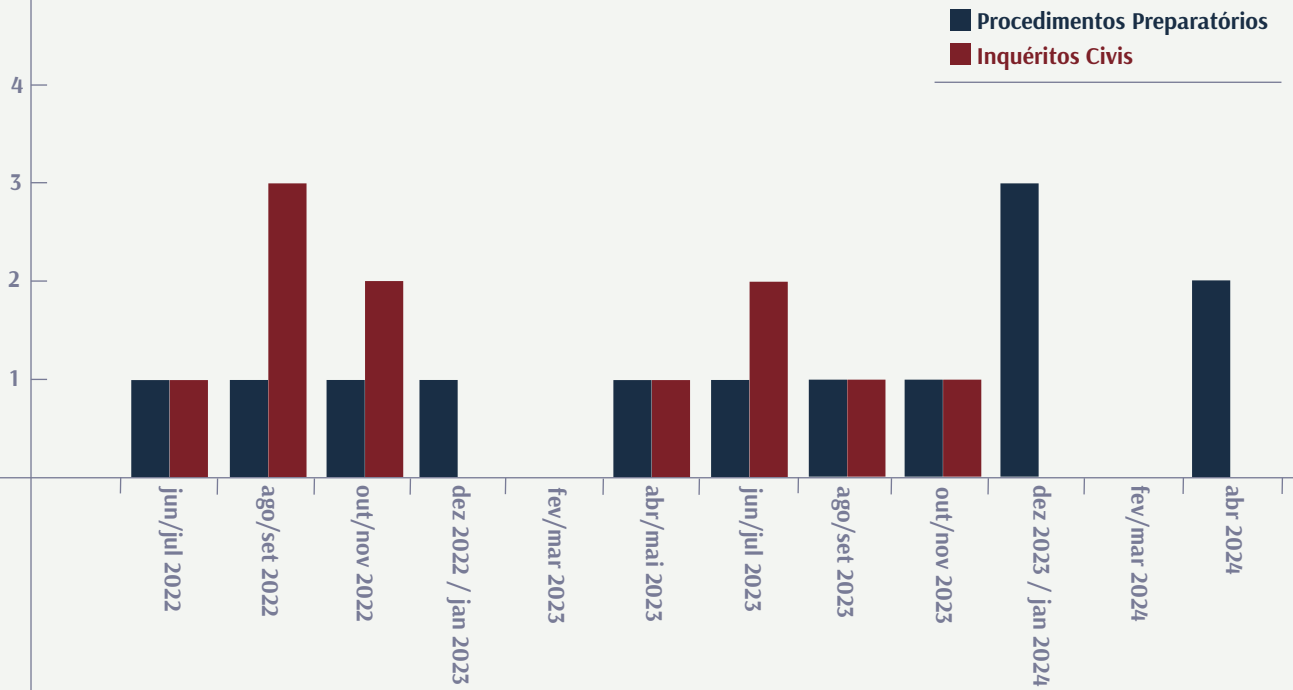
Redistribuídas

2022

Agosto: 1 | Setembro: 3 |
Outubro: 2 | Novembro: 3 |

Procedimentos Preparatórios e Inquéritos Cíveis

distribuídos no MPC-MG
no biênio 2022-2024



Procedimentos Preparatórios

2022

Junho: 1 | Setembro: 1 | Novembro: 1 | Dezembro: 1

2023

Maio: 1 | Junho: 1 | Setembro: 1 | Outubro: 1 | Novembro: 1 | Dezembro: 3

Inquéritos Cíveis

2022

Julho: 1 | Agosto: 1 | Setembro: 2 | Novembro: 2

2023

Abril: 1 | Junho: 2 | Setembro: 1 | Novembro: 1 | Abril: 2

Confira todas as representações formuladas no biênio no **Anexo 1**.

AÇÕES ESTRUTURANTES

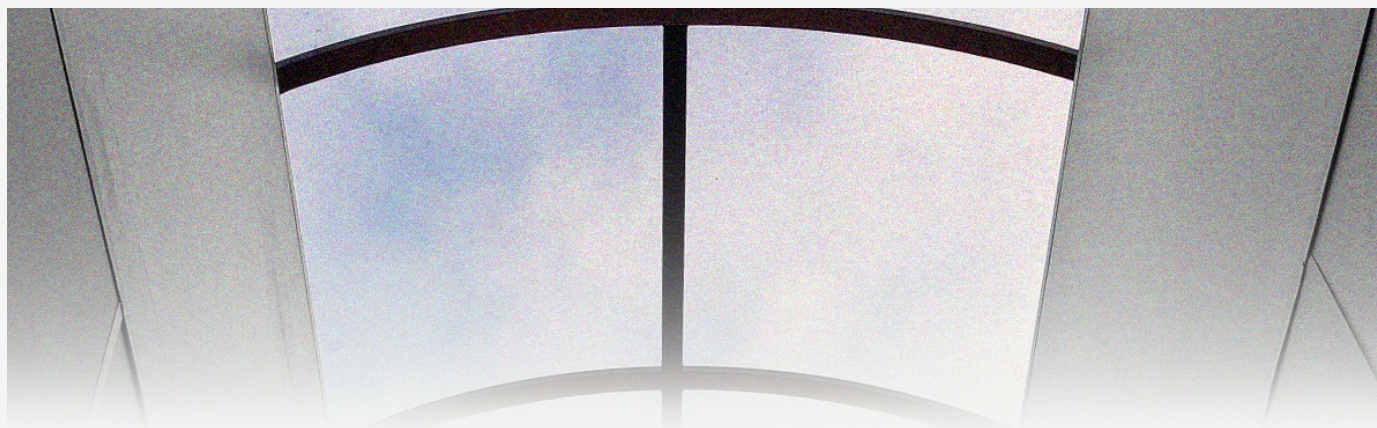
RELATÓRIO DE GESTÃO MPC-MG | 2022 - 2024

Estrutura física

Na gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, houve alterações na estrutura física da Casa. Salas antes sem uso serviram para estruturar a Diretoria e a Assessoria, com mobiliário, ar-condicionado e computadores.

Ainda, os locais dos arquivos que foram inativados passaram a ter novo uso, tendo sido instaladas as unidades de Informática, Inteligência e Corregedoria. **No período também houve a troca de 63 computadores de mesa, 7 notebooks, 7 tablets e cadeiras de todos os gabinetes.**

Para 2025, já há aquisições protocoladas por meio dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD), conforme especificado a seguir.



Projeto de aquisições para 2025

Processo SEI 24.1.000000122-1 remetido para Diretoria de Administração TCE-MG

**Documento de Formalização de Demanda – DFD 5
(proc. SEI nº 24.1.000000069-1)**

Aquisição de conjunto de uma (01) mesa de reunião e três (03) cadeiras, a fim de compor a atual sala da Corregedoria do Ministério Público de Contas.

**Documento de Formalização de Demanda – DFD 14
(proc. SEI nº 24.1.000000088-8)**

Estruturação e otimização de espaço sem uso nas dependências do MPC-MG: criação de ambiente útil para atendimento aos Procuradores e aos servidores com mobiliário adequado, para uso de área externa.

- ♦ Dois (02) x Mesa Aparador com Estrutura em Alumínio Revestido em Fibra;
- ♦ Três (03) x Conjunto de Sofá Fibras Sintéticas Quadrado - 1 Sofá 2L + 2 Poltronas + 1 Mesa Centro;
- ♦ Dois (02) x Kit 4 Cadeiras + Mesa Tramada Área Piscina Varanda Jardim.

**Documento de Formalização de Demanda – DFD 18
(proc. SEI nº 24.1.000000098-5)**

Aquisição de cento e cinquenta (150) placas de fibra mineral, modulação 1250mm x 625mm, espessura 12mm, modelo PROPUS ou equivalente, do fabricante Hunter Douglas.

Trata-se de troca de peças quebradas ou mofadas por infiltrações nos forros do quinto andar do edifício sede.

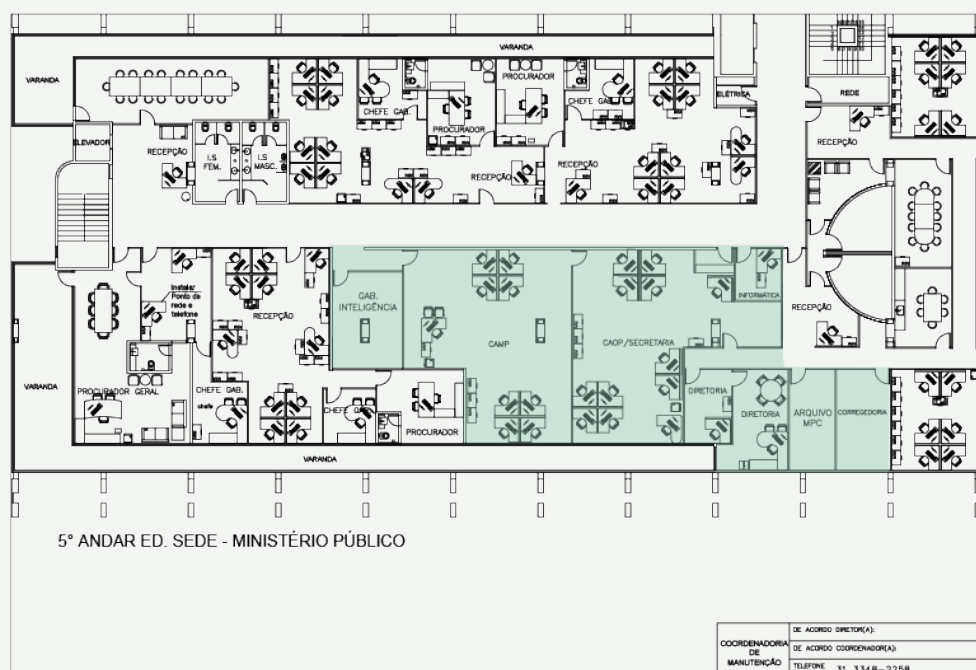
**Documento de Formalização de Demanda – DFD 19
(proc. SEI nº 24.1.000000105-1)**

Aquisição de cinco (05) fragmentadoras trituradoras de papel.

**Documento de Formalização de Demanda – DFD 21
(proc. SEI nº 24.1.000000112-4)**

Reestruturação das salas da Secretaria do MPC e aproveitamento de área externa sem uso no 5º andar do edifício sede.

- Mudança de layout da organização física do MPC, buscando otimização e melhoria nas unidades de trabalho da Secretaria do MPC.
- Criação de ambiente útil para atendimento aos Procuradores e aos servidores com reforma e estruturação de área externa em desuso.



A planta com a nova reestruturação

Documento de Formalização de Demanda – DFD 24 (proc. SEI nº 24.1.000000114-0)

Utilização de mobiliário ergonômico: aquisição de setenta e sete (77) poltronas giratórias com encosto de espaldar médio.

Documento de Formalização de Demanda – DFD 29 (proc. SEI nº 24.1.000000120-5)

Aquisição e instalação de aparelho de ar condicionado 9.000 BTUs em substituição de aparelho de ar condicionado localizado na sala da Chefe de Gabinete do Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria, o qual não mais está em condições de uso.

Documento de Formalização de Demanda – DFD 30 (proc. SEI nº 24.1.000000120-5)

Aquisição de máquina de café em cápsula para o MPC-MG compatível com as principais marcas do mercado.

Processo SEI nº 24.1.000000123-0 remetido para Diretoria de Tecnologia da Informação TCE-MG

Documento de Formalização de Demanda – DFD 10 (proc. SEI nº 24.1.000000083-7)

Aquisição / Utilização de sistema de inteligência artificial.

Documento de Formalização de Demanda – DFD 23 (proc. SEI nº 24.1.000000116-7)

Troca da máquina Scanner Digital FI-6670 – Fujitsu, da CAOP.

Documento de Formalização de Demanda – DFD 25 (proc. SEI nº 24.1.000000093-4)

Atualização dos computadores que ainda datam do ano de 2012: aquisição de sessenta e um (61) microcomputadores para os servidores ainda não contemplados com a troca das máquinas neste ano de 2024.

Documento de Formalização de Demanda – DFD 27 (proc. SEI nº 24.1.000000107-8)

Atualização e modernização dos notebooks dos Procuradores: aquisição de dez (10) notebooks.



Documento de Oficialização de Demanda – DOD 42 (proc. SEI nº 23.1.000000316-3)

Aquisição de trinta (30) medalhas com fitas e estojos, bem como trinta (30) diplomas com respectivos porta-diplomas, com o objetivo de reconhecer o mérito de personalidades e/ou instituições que tenham prestado relevantes serviços ao *Parquet* Especial e ao sistema de controle da Administração Pública – Resolução nº 30, de 7 de junho de 2023.



Diploma da medalha do Mérito Institucional



Porta-diploma



Frente e verso modelo da medalha

Obs.: A aquisição foi solicitada ao TCEMG, mas não foi atendida até o momento. Tendo isso em vista, o MPC-MG recebeu do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil/MG o patrocínio de R\$ 4.550,00 para custear a confecção de sete (7) medalhas. A empresa contratada foi a Nova Formalta Indústria e Comércio de Materiais Militares LTDA-EPP, após pesquisa de preço e aprovação do Instituto.

Processo SEI nº 23.1.000000092-0

Projeto Galeria de Procuradores-Gerais

Especificações

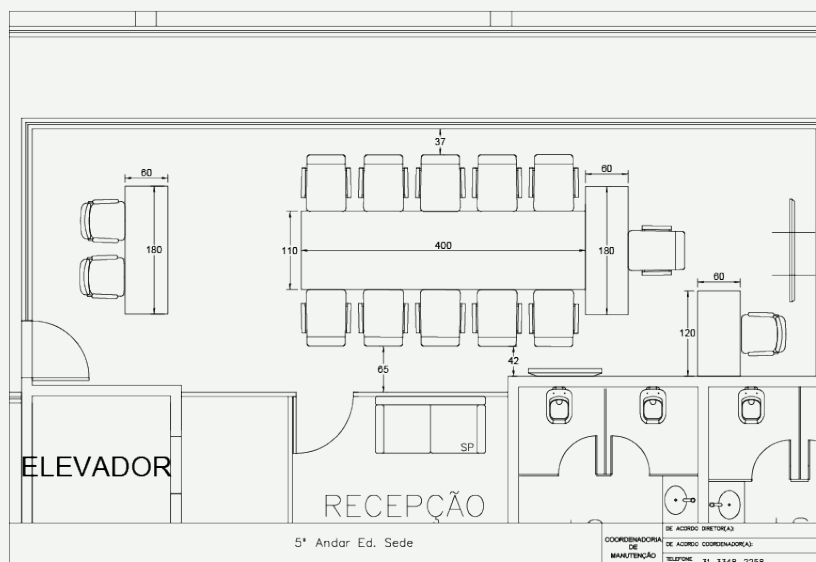
- Local: Corredor Central do Ministério Público de Contas (em frente ao Gabinete da Dra. Cristina Andrade Melo).
- Letras de identificação em aço inox da galeria (igual quadro de identificação do Órgão Ministerial na recepção). Tamanho: 11,0cm altura x 1,5cm profundidade;
- Quadros com fotos:
 - ♦ vidro duplo antirreflexo (tipo sanduíche de vidro);
 - ♦ tamanho: 55,0cm altura x 35,0cm largura;
 - ♦ percepção visual: colorido;
 - ♦ moldura: cor cobre – 2,0 cm.
- Plaqueta de identificação em aço inox (igual identificação dos gabinetes dos Procuradores) com QR Code que encaminhe ao memorial virtual da autoridade. Tamanho: 10,0cm altura x 20,0cm largura.



Esquema Galeria de Procuradores-Gerais

Processo SEI nº 23.1.000000266-3 Projeto do Plenário

Estruturação do Plenário do Colégio de Procuradores, conforme croqui e especificações a seguir.



Croqui Estruturação do Plenário do Colégio de Procuradores

Mobiliário e Equipamento

- ♦ Instalação elétrica;
- ♦ Instalação lógica;
- ♦ Projeto e orçamento - elétrica e lógica;
- ♦ Tubulação/calha/canaleta para passar fios e cabos;
- ♦ 10 microfones de mesa semelhantes aos utilizados no Pleno do TCE-MG.
- ♦ 07 placas de identificação de mesa, em bronze, no tamanho 8x20 cm para cada Procurador;
- ♦ 02 mesas de madeira - reta - 200 x 60 - com caixa de tomada e rede – para PG e advogados;
- ♦ 07 mesas de madeira - reta - 130 x 60 - com caixa de tomada e rede – para Procuradores/Secretário;
- ♦ 10 cadeiras para escritório - poltrona para diretor; giratória; com apoia braços; aço fosfatizado pintado em epóxi; revestido em couro natural; revestido em couro natural; a gás. Valor R\$3.192,00 (referência patrimônio PG 2023 - 8271653-6);
- ♦ 01 suporte para TV – articulado;

- ♦ 01 suporte para câmera que deverá ser instalada nos fundos da sala com visão de todos os Procuradores;
- ♦ 01 Smart TV 4K LED 50”;
- ♦ Placa de identificação do setor em aço inox, com a seguinte descrição: “Plenário do Colégio de Procuradores”, conforme padrão utilizado no MPC-MG.

Solução de videoconferência

Especificações técnicas:

Equipamento para filmagem e gravação com transmissão em tempo real*

*Usamos como Referência o SEI-TCE 22.0.000002036-6

- ♦ Tela touchscreen 65” com alta taxa de contraste (4000:1), resolução: 3840 x 2560;
- ♦ 16GB de memória, suporte a expansão até 32GB;
- ♦ 256GB de disco SSD;
- ♦ Sistema operacional Windows 10 ou superior 64bits;
- ♦ Controle remoto;
- ♦ Câmera integrada com captura de vídeo 1920x1080 (Full HD) 60 FPS com microfone integrado que deverá ficar de frente para o Procurador-Geral em suporte próprio;
- ♦ Áudio estéreo 15W integrado;
- ♦ Suporte a tecnologia Miracast;
- ♦ Entrada para conexões:
- ♦ 1 DISPLAYPORT;
- ♦ 1 HDMI;
- ♦ 6 Interfaces USB;
- ♦ 1 interface RG45;
- ♦ 1 entrada de áudio Line-in;
- ♦ 1 entrada de microfone;
- ♦ 1 interface wireless 802.11ac Dual band ou superior;
- ♦ 1 interface Bluetooth Wireless 4.1 ou superior;
- ♦ Suporte para fixação da tela flexível nas configurações: pedestal, bancada e mesa.
- ♦ Compatibilidade com os softwares:
- ♦ Microsoft Teams;
- ♦ Zoom;
- ♦ Google Meet;
- ♦ Skype.

A comunicação no âmbito do *Parquet* de Contas mineiro

A comunicação pública é efetivamente realizada quando se possui profissionais especializados e com estrutura organizacional própria para a sua produção. E, realizado esse papel, os órgãos públicos, por sua vez, asseguram a participação cidadã na Administração Pública, tendo em vista que a transparência e a publicidade são aspectos vitais à fiscalização dos órgãos públicos por parte da população.

Ao ser nomeado Procurador-Geral, em publicação no Diário Oficial de Minas Gerais em 13 de maio de 2022, Marcílio Barenco já tinha em mente que começaria sua gestão com foco na publicidade dos atos.

Para tanto, encampou a criação de uma Assessoria de Comunicação, composta por jornalista, revisora e designer, revelando uma conduta estratégica e inovadora para fortalecer a interação entre o Órgão Ministerial e a sociedade.

Essa iniciativa, guiada pela compreensão de que não basta apenas noticiar, mas sim fazê-lo de maneira acessível a todos os cidadãos, demonstra um esforço significativo para cumprir os princípios de transparência e publicidade, promovendo, assim, uma participação cidadã mais informada e efetiva na Administração Pública.



Instância de Revisão e Padronização

A Instância de Revisão e Padronização desempenha um papel fundamental na garantia da qualidade e consistência dos documentos produzidos pelos órgãos públicos.

A revisão e padronização dos documentos produzidos pelo MPC-MG assegura que os textos estejam livres de erros gramaticais, que se mantenham coesos e claros para todos os leitores. Também desempenha papel crucial na garantia da consistência terminológica e na uniformidade de estilo, o que fortalece a imagem e a credibilidade da instituição perante o público e demais órgãos.

Além disso, a atuação da Instância de Revisão e Padronização contribui para a eficiência dos processos internos, evitando retrabalho e garantindo que os documentos sejam produzidos de forma mais ágil e eficaz.

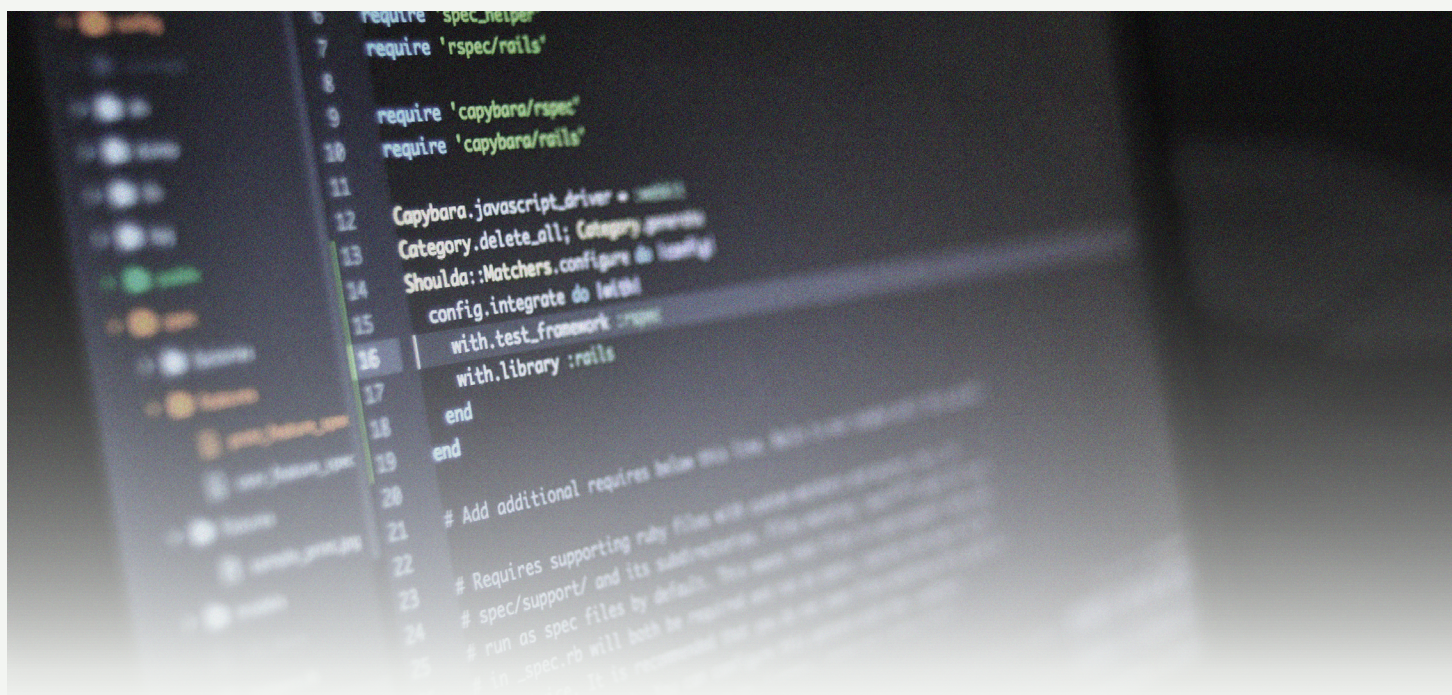
Esse é mais um compromisso com a excelência na comunicação institucional e na produção de documentos de alta qualidade, refletindo os valores de transparência, responsabilidade e eficiência que norteiam a atuação do MPC-MG.



Plenário Virtual

A modernização de processos e procedimentos desempenha um papel crucial no fortalecimento do controle externo, favorecendo uma Administração Pública mais eficiente. A incorporação de tecnologias inovadoras viabiliza a automação de processos e aprimora a agilidade na resposta às demandas da sociedade. Essa transformação também reduz entraves burocráticos, proporcionando uma prestação de serviços mais eficaz e transparente, fomentando a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais.

No âmbito do controle externo, a modernização não só impulsiona a eficiência operacional, como também capacita análises de dados mais robustas. A coleta e interpretação de informações em larga escala possibilitam uma gestão mais assertiva dos recursos, a identificação de áreas de aprimoramento e a antecipação a desafios emergentes. Ao abraçar soluções tecnológicas inovadoras, os órgãos de controle externo podem alinhar-se aos padrões contemporâneos, promovendo uma administração ágil, transparente e adaptável às necessidades dinâmicas da sociedade.



Consolidando-se como uma etapa emblemática na evolução das práticas administrativas do Órgão, acelerada em razão da pandemia de Covid-19, em 3 de agosto de 2023, o MPC-MG deu um passo significativo ao introduzir o *software* inovador denominado Plenário Virtual, criado por desenvolvedor de sistemas contratado para esse fim. Essa iniciativa foi respaldada pela Resolução MPC-MG nº 28, datada de 9 de março de 2023, evidenciando o compromisso do MPC-MG em redefinir suas abordagens operacionais em prol do bem público. As Sessões Plenárias Virtuais, conforme regulamentadas, buscam não apenas otimizar a eficiência processual, mas também aprimorar a eficácia nas deliberações do Colégio de Procuradores.

O Plenário Virtual é um *software* que objetiva aferir o resultado proveniente da contagem de votos proferidos pelos membros do *Parquet* de Contas do Estado de Minas Gerais de maneira automatizada, utilizando para tal recursos computacionais. O sistema permite acesso remoto e assíncrono, possibilitando a celeridade nas decisões e uma análise mais detalhada, sendo possível deliberar durante a votação no prazo de alguns dias. Desta forma, os trâmites de relevante interesse social podem ser adequadamente ponderados e debatidos pelos Procuradores, por meio de votação remota e computadorizada.

Esse avanço não ocorreu de forma isolada. Observa-se que Plenários Virtuais são uma realidade consolidada em várias instâncias judiciais e órgãos do cenário nacional, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais Federais e Estaduais, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O MPC-MG, ao adotar essa prática, sob a liderança do Procurador-Geral Marcílio Barenco, alinhou-se com as melhores práticas de modernização, destacando-se como protagonista na transição para a era virtual. Esse marco não apenas modernizou procedimentos, mas também reforçou o compromisso do Órgão com a excelência e eficiência no cumprimento de sua missão no âmbito do controle externo mineiro.

Eventos de capacitação

Na gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, sendo uma de suas prioridades a modernização das metodologias, um ponto forte foi a capacitação dos servidores do MPC-MG, para que esse aprimoramento fosse possível. Em relação a eventos de maior proporção, na gestão de Barenco e sob coordenação da Procuradora Elke Moura, houve a promoção de seminários tanto presencial quanto virtualmente.

Seminário presencial/on-line sobre Prescrição nos TCs

O primeiro foi o Seminário presencial com o tema “Prescrição nos Tribunais de Contas à Luz dos Recentes Entendimentos Firmados pelo STF”. O evento contou com mais de uma centena de pessoas presencialmente, além dos espectadores que acompanharam pelos canais do MPC-MG e do TCE-MG no YouTube, sendo composto por três palestras pela manhã e duas mesas-redondas à tarde.

Nesse evento, a primeira palestra foi conduzida pelo Presidente da Associação Nacional de Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC), Ismar Viana, e teve como tema “A Prescrição diante das alterações na Lei de Improbidade Administrativa e das recentes decisões do STF”.



A mesa de honra do Seminário

Já a segunda palestra, ministrada por Odilon Cavallari de Oliveira, Auditor Federal de Controle Externo e Assessor de Ministro do TCU, teve como tema “Prescrição da Pretensão Ressarcitória: discussão no âmbito do TCU”.

Encerrando o período da manhã, Edilberto Carlos Pontes Lima, Presidente do IRB e Conselheiro do TCE-CE, abordou o tema “Diagnósticos da Aplicação da Prescrição da Pretensão Ressarcitória nos Tribunais de Contas”.

A tarde se iniciou com a mesa-redonda “Fixação do Marco Inicial da Prescrição Intercorrente nas ações de Controle Externo”. O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, foi o moderador e os debatedores foram Licurgo Mourão, Conselheiro Substituto do TCE-MG, e Érico Andrade, Professor da Faculdade de Direito da UFMG.

A segunda mesa-redonda, intitulada “Causas Interruptivas e Prescrição Intercorrente nas ações de Controle Externo”, teve como moderadora Maria Tereza Fonseca Dias, Assessora do Procurador-Geral do MPC-MG, enquanto Thiago Pinheiro Lima, Presidente do CNPGC e Procurador do MPC-SP, e Luiz Henrique Lima, Conselheiro Substituto do TCE-MT, foram os debatedores.

Seminário on-line sobre Consórcios Públicos

Em 11 de maio de 2023, o MPC-MG promoveu o 1º Seminário on-line do ano, no âmbito do IV Programa de Capacitação do MPC-MG, com enfoque em Consórcios Públicos, e teve como objetivo proporcionar aos participantes “compreender as potencialidades, conveniências, proveitos e limitações da implementação da gestão compartilhada de políticas públicas por meio de consórcios públicos intermunicipais”.

A primeira palestra do encontro foi realizada por Fernando Borges Mânica, Procurador do Estado do Paraná, e teve como tema “Implementação dos Consórcios Públicos: um avanço na gestão compartilhada de políticas públicas”. O segun-

do painel teve palestra com o tema “Estrutura Organizacional: contratação de pessoal, licitações e contratos firmados pelos entes consorciados (contrato de rateio e contrato de programa)” e foi ministrada por Joanni Henrichs, Advogada e Consultora na Área Jurídica. O penúltimo painel, “Normas de direito financeiro aplicáveis aos consórcios públicos. Gestão financeira: constituição, orçamento e contabilização”, teve como palestrante José Wesmey da Silva, servidor e ex-Controlador-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. O painel de fechamento, por sua vez, teve como palestrante Dirceu Rodolfo de Melo Júnior, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que abordou o tema “Consórcios públicos à luz da jurisprudência dos Tribunais de Contas”.



Reprodução: plataforma Teams

Seminário presencial sobre resolução consensual de conflitos

Por fim, em 23 de novembro de 2023, o MPC-MG promoveu o 2º Seminário de Capacitação de 2023, com o tema “Resolução Consensual de Conflitos no Âmbito do Controle”, no auditório da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O objetivo do evento foi “Fomentar a prática da resolução consensual de conflitos no âmbito do MPC, por meio da análise de mecanismos, possibilidades e limites existentes em nosso ordenamento jurídico”, tendo sido composto por três painéis.



Os Procuradores do MPC-MG e os palestrantes do Seminário

O painel 1 foi conduzido por Jairo Cruz Moreira, Promotor de Justiça do MPMG e Coordenador Administrativo do COMPOR/MPMG, e teve como tema “Resolução consensual de conflitos: a experiência do COMPOR/MPMG”. Já o painel 2 abordou “Solução consensual das controvérsias na seara do controle externo: instrumentos e etapas do processo de resolução; dados de redução da litigiosidade; casos práticos” e foi ministrado por Nicola Khoury, Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União (TCU) e Secretário de Solução Consensual do Secex. Encerrando o evento, o painel 3 foi conduzido pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg, que falou sobre “O MPC-MG e a resolução consensual de conflitos: Resolução 32/2023; casos práticos”.

Todos esses eventos de capacitação tiveram inscrições gratuitas, contaram com certificado e estão disponíveis no canal do YouTube do MPC-MG.

AÇÕES ENTRE ÓRGÃOS

RELATÓRIO DE GESTÃO MPC-MG | 2022 - 2024



Termos de Adesão e Cooperação Técnica

Na gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais firmou quatro Acordos de Cooperação Técnica: com a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg); com a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG); com a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH); e com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Minas Gerais (IEPTB-MG).

O primeiro deles, celebrado em 9 de setembro de 2022, foi formalizado com a **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**. O Acordo, sem ônus entre as partes, possibilita o acesso à base de dados do Cadastro Estadual de Empresas Mercantis, eliminando o envio de ofícios pelo Órgão Ministerial.

O estreitamento da relação entre os órgãos governamentais é significativo porque auxilia o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais no exercício de suas atividades, ao facilitar a identificação de informações de pessoas jurídicas. Com a racionalização e simplificação dos atos e procedimentos administrativos, a instrução de processos do *Parquet* especial ocorrerá de forma ainda mais eficiente, como preceitua um dos princípios basilares da Administração Pública.

O segundo Acordo corresponde à adesão do MPC-MG, em 22 de setembro de 2022, ao **Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção**, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 090/2021, concebido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

O Acordo, assinado emblematicamente no Dia da Luta da Pessoa com Deficiência, visa à articulação de diversas instituições públicas e da sociedade civil em prol da defesa e da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência.

O trabalho em rede voltado para esse público é inédito entre os Tribunais do país e por meio das ações interinstitucionais será possível viabilizar políticas públicas eficazes de inclusão social no Estado de Minas Gerais. Além do MPC-MG, diversas outras instituições públicas aderiram ao Termo.

Já em 3 de março de 2023, o MPC-MG assinou o Termo de Cooperação Técnica MPC-MG/CMBH nº 01/2023, com a **Câmara Municipal de Belo Horizonte**. O Termo de Cooperação, sem ônus entre as partes, visa “desenvolver estratégias e otimizar medidas e conferir maior eficiência, efetividade e eficácia à atuação dos partícipes no cumprimento de suas missões institucionais, no âmbito do Município de Belo Horizonte”.

Por fim, em 9 de agosto de 2023, o *Parquet* de Contas mineiro formalizou, com o **Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – Seção Minas Gerais (IEPTB-MG)**, o Acordo de Cooperação Técnica MPC-MG/IEPTB-MG Nº 02/2023. A composição consensual de conflitos é hoje alternativa eficaz e célere para solucionar diversas demandas. Assim, com a finalidade de modernizar e atualizar os trabalhos realizados pelo Órgão Ministerial, o objetivo do Acordo é “o estabelecimento de mútua cooperação entre o MPC-MG e o IEPTB-MG, visando ao intercâmbio de tecnologia e inovação, conhecimentos e bases de dados, e ao desenvolvimento conjunto de projetos e iniciativas que possibilitem a conjugação de esforços para o alcance da composição consensual de conflitos”.

Destarte, a gestão de Marcílio Barenco foi marcada pela celebração de quatro Acordos de Cooperação Técnica, que fortaleceram os laços entre o MPC-MG e importantes órgãos e instituições. Esses acordos não apenas facilitam o acesso a informações essenciais, como também promovem a articulação em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, aprimoram a atuação institucional no âmbito do controle externo e modernizam os processos de composição consensual de conflitos. Essas parcerias representam um avanço significativo na busca por uma gestão mais eficiente e eficaz, alinhada aos princípios da Administração Pública.

Trabalho interinstitucional

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, demonstrou um compromisso sólido com o trabalho conjunto ao longo do biênio 2022-2024, cristalizando parcerias significativas com diversos órgãos e associações.

No âmbito do **Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC)**, Barenco foi eleito Vice-Presidente/Diretor da Região Sudeste, garantindo uma representação ativa e colaborativa. Sua recondução ao cargo de Vice-Presidente evidencia o reconhecimento da sua dedicação e liderança na promoção dos interesses da região.

A colaboração entre o CNPGC e o Supremo Tribunal Federal resultou na elaboração da cartilha “O Poder da Verdade”, uma ferramenta essencial no combate à desinformação, fruto do engajamento e insights provenientes de uma pesquisa realizada com servidores dos Ministérios Públicos de Contas em todo o país.

A relação próxima com a **Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon)** também foi destacada durante a gestão de Barenco, com participação ativa em campanhas conjuntas de divulgação e comunicação. O MPC-MG marcou presença em palestras de capacitação promovidas pela Ampcon, colaborando com a criação e publicação de conteúdo relevante.

Na esfera da **Rede Mineira de Integridade (RMI)**, o MPC-MG esteve envolvido em discussões e ações voltadas para o fortalecimento da integridade e transparência, incluindo a participação em reuniões ordinárias e eventos, bem como contribuições para a criação de um site próprio e perfis em redes sociais.

A participação ativa na **Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção no Estado de Minas Gerais (ARCCO/MG)** demonstra o compromisso do MPC-MG com a fiscalização da gestão pública e o combate à corrup-

ção. A presença em reuniões ordinárias, eventos e a apresentação de palestras são exemplos claros do envolvimento do MPC-MG nessa importante iniciativa.

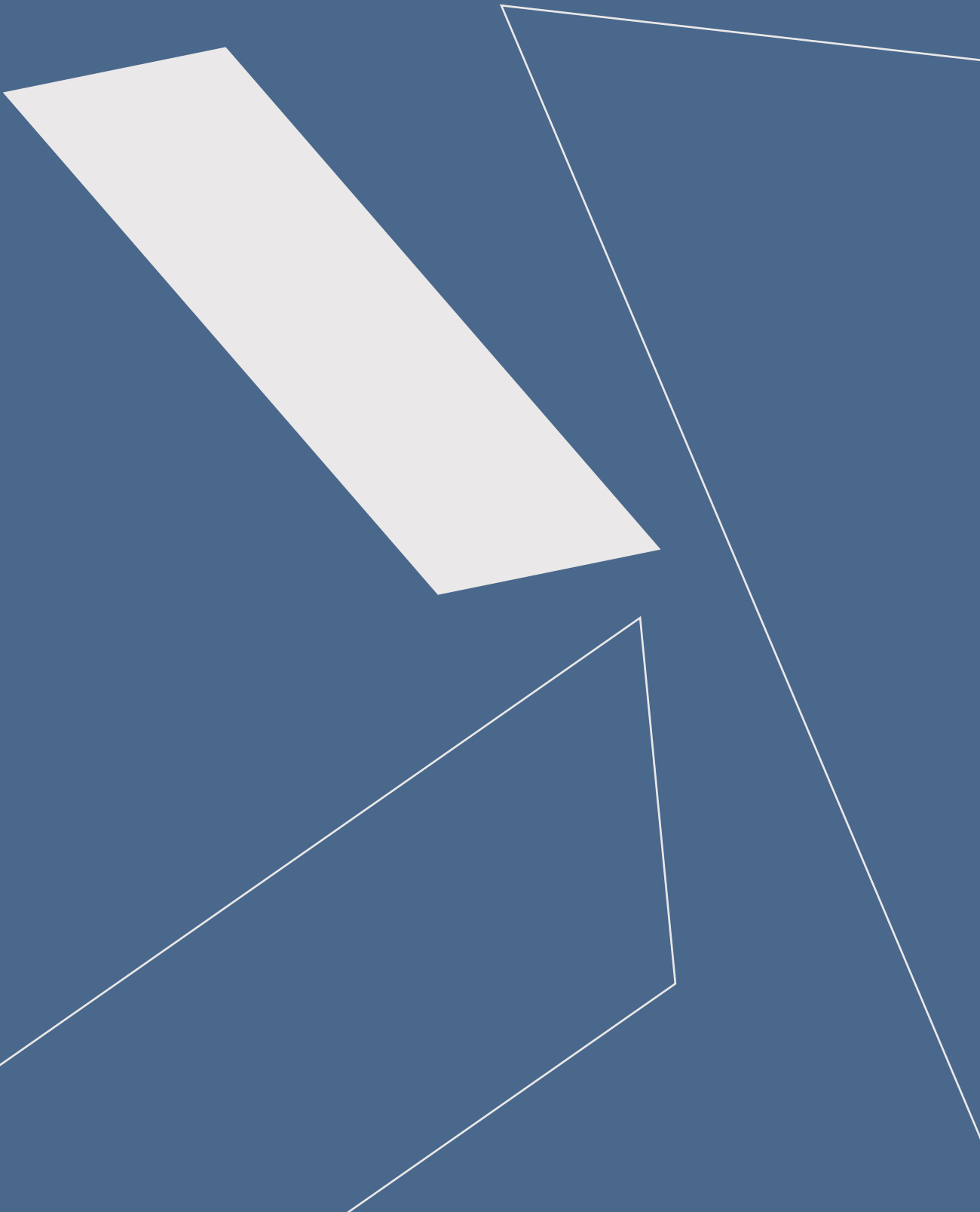
Por fim, o engajamento no **Projeto MP Itinerante** destaca a dedicação do MPC-MG em levar conhecimento e capacitação para diversas regiões do Estado, contribuindo para uma atuação mais eficaz e próxima da comunidade.

Essas parcerias estratégicas evidenciam o comprometimento do Procurador-Geral, Marcílio Barenco, e do MPC-MG em promover a integridade, transparência e eficiência na gestão pública de Minas Gerais, por meio do trabalho conjunto com outros órgãos e associações em prol do interesse público.



AÇÕES VOLTADAS PARA A SOCIEDADE

RELATÓRIO DE GESTÃO MPC-MG | 2022 - 2024



Redes sociais

Durante o biênio 2022-2024, a gestão do Procurador-Geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais, Marcílio Barenco, priorizou o aprimoramento das redes sociais como parte fundamental da estratégia de comunicação e transparência.

Um dos principais avanços foi a melhoria do *design* do site oficial do MPC-MG, proporcionando aos usuários uma experiência mais intuitiva e informativa. Com mais de **300 publicações** realizadas ao longo desta gestão, o site tornou-se uma plataforma essencial para divulgar informações relevantes sobre as atividades e iniciativas do Órgão Ministerial.



Reprodução: Site MPC-MG

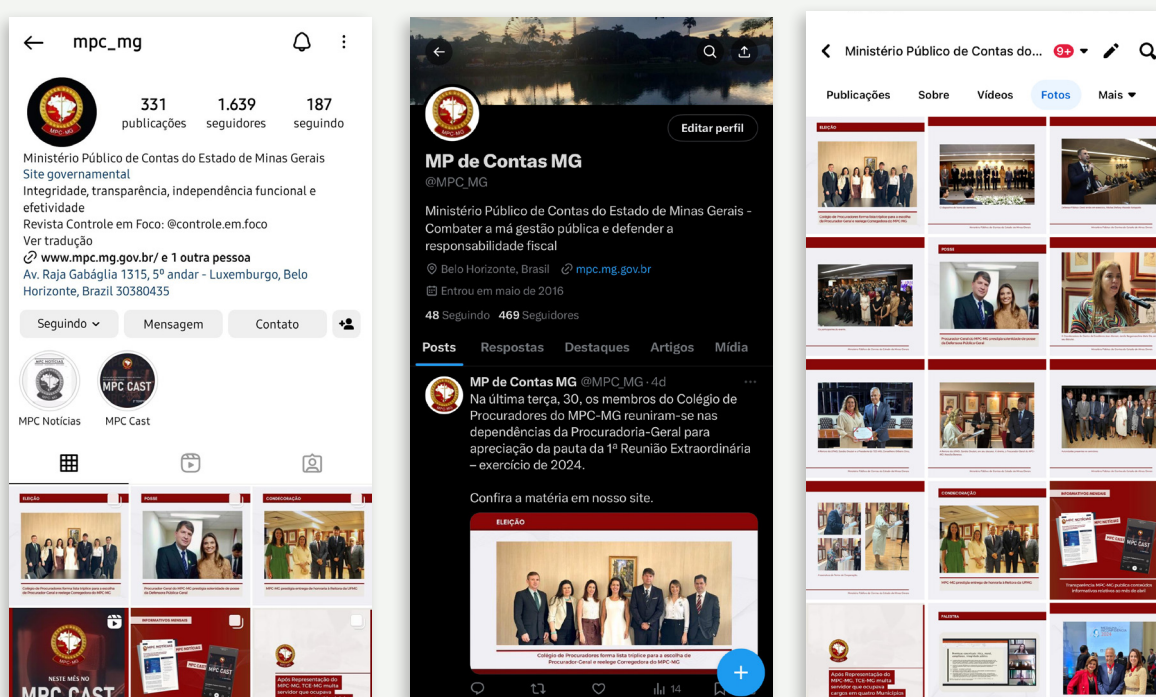
Além disso, houve um esforço significativo para dinamizar as redes sociais já existentes, como Facebook e X (Twitter), que continuaram sendo canais importantes de interação e divulgação de conteúdo.

Como parte do processo de expansão da presença on-line, foram criadas páginas oficiais do MPC-MG no LinkedIn e Instagram, visando alcançar novos públicos e fortalecer o relacionamento com a sociedade. Destaca-se que o Instagram se tornou a rede social mais acessada, com mais de **1.600 seguidores** e mais de **330 publicações** ao longo da gestão, evidenciando o sucesso dessa iniciativa em engajar o público.

Além das redes sociais tradicionais, a criação de uma galeria no Flickr proporcionou um espaço para compartilhar imagens e momentos importantes das atividades do MPC-MG, agregando valor à comunicação visual da instituição.

É importante ressaltar que todas as publicações realizadas nas redes sociais utilizaram a identidade visual atual do MPC-MG, contribuindo para o fortalecimento da marca e promovendo uma imagem institucional consistente e reconhecível.

Em suma, o aprimoramento das redes sociais durante a gestão de Marcílio Barenco no MPC-MG reflete o compromisso em utilizar ferramentas modernas e eficazes para promover a transparência, aproximar-se da sociedade e fortalecer a atuação do Ministério Público de Contas mineiro.



Reprodução: Instagram, X (Twitter) e Facebook MPC-MG

MPC Notícias

O *MPC Notícias* é o informativo mensal do Ministério Público de Contas, destinado aos públicos interno e externo, que consiste em um compêndio de acontecimentos do respectivo mês em relação ao MPC-MG, além de conter jurisprudências selecionadas e uma coluna informativa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Há também a coluna “MPC pelo Brasil”, composta por notícias publicadas por outros *Parques* de Contas com relevância institucional para MPCs de todo o país. Esse informativo teve seu novo formato lançado em junho de 2022, com o início da gestão do Procurador-Geral Marcílio Barenco, e de lá para cá totaliza 24 edições até o fim desta gestão.



Capas de edições do MPC Notícias

MPC Cast

Dando continuidade aos projetos das gestões anteriores, o MPC-MG buscou aprimorá-los ainda mais, como o aperfeiçoamento do podcast, que passou a se chamar “MPC Cast” e a ser disponibilizado na Plataforma Spotify. A dinâmica envolveu um convidado por episódio, divulgado mensalmente, em conjunto com os conteúdos informativos do Órgão Ministerial.



Confira a lista de episódios abaixo.

Junho 2022

Convidado:

Marcílio Barenco

Procurador-Geral do MPC-MG

Tema do episódio:

Apresentação do plano de gestão do Dr Marcílio Barenco

Julho 2022

Convidado:

Daniel Guimarães

Subprocurador-Geral do MPC-MG

Tema do episódio:

Estruturação do GI e também quais serão as metodologias adotadas por esse Gabinete

Agosto 2022

Convidada:

Elke Moura

Procuradora Ouvidora do MPC-MG

Tema do episódio:

Projeto Conhecendo o MPC-MG**Setembro 2022**

Convidada:

Sara Meinberg

Procuradora Corregedora do MPC-MG

Tema do episódio:

Regimento interno do MPC-MG**Outubro 2022**

Convidada:

Cristina Melo Andrade

Procuradora do MPC-MG

Tema do episódio:

Ações de controle executadas pelo MPC-MG no âmbito de fiscalização de políticas públicas**Novembro 2022**

Convidado:

Gláydson Massaria

Procurador do MPC-MG

Tema do episódio:

Relação entre o controle externo e a preservação do meio ambiente, especificamente à destinação dos resíduos sólidos**Janeiro 2023**

Convidado:

André Tebit

Diretor do MPC-MG

Tema do episódio:

Atribuições da Diretoria do MPC-MG e projetos do Órgão Ministerial para o ano de 2023

Fevereiro 2023

Convidado:

Luís Renato Braga Arêas Pinhero

Defensor Público da DPMG

Tema do episódio:

Rede de Proteção à Pessoa com Deficiência

Março 2023

Convidado:

Daniel de Sá Rodrigues

Promotor do MPMG e então Coordenador da Arcco-MG

Tema do episódio:

Surgimento a Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (Arcco-MG), suas atribuições e realizações

Abril 2023

Convidado:

Flávio Boson Gambogi

Desembargador do TRF6

Tema do episódio:

Parceria Público-Privada (PPP) do Mineirão

Maio 2023

Convidado:

Marcílio Barenco

Procurador-Geral do MPC-MG

Tema do episódio:

Retrospectiva do primeiro ano de Gestão

Junho 2023

Convidada:

Cristina Melo Andrade

Procuradora do MPC-MG

Tema do episódio:

5ª edição da revista Controle em Foco

Julho 2023

Convidada:

Elke Moura

Procuradora Ouvidora do MPC-MG

Tema do episódio:

Ouvidoria do MPC-MG

Agosto 2023

Convidado:

Daniel Guimarães

Subprocurador-Geral do MPC-MG

Tema do episódio:

Simplificação da linguagem jurídica

Setembro 2023

Convidada:

Sara Meinberg

Procuradora Corregedora do MPC-MG

Tema do episódio:

Função jurisdicional exercida pelos Tribunais de Contas

Outubro 2023

Convidada:

Maria Tereza Dias

Assessora da Procuradoria-Geral

Tema do episódio:

Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico

Novembro 2023

Convidada:

Giovanna Bonfante

Assessora da Procuradora Ouvidora, Elke Moura

Tema do episódio:

Controle interno nos pequenos Municípios

Dezembro 2023

Convidado:

Marcílio Barenco

Procurador-Geral do MPC-MG

Tema do episódio:

Retrospectiva MPC-MG 2023

Janeiro 2024

Convidada:

Luiza Madeira Boson Gambogi

Chefe de Gabinete do Procurador Glaydson Massaria

Tema do episódio:

Comissão Permanente de Avaliação Documental do MPC-MG

Fevereiro 2024

Convidado:

Rafael Amorim de Amorim

Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados

Tema do episódio:

Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos

Março 2024

Convidado:

Gustavo Vidigal Costa

Assessor do Conselheiro Vice-Presidente do TCE-MG, Durval Ângelo

Tema do episódio:

Papel do controle externo no planejamento estatal

Abril 2024

Convidado:

André Luiz Freitas Dias

Coordenador-Geral e Científico do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua

Tema do episódio:

A população em situação de rua e a Administração Pública

Projeto Conhecendo o MPC

Sob coordenação da Procuradora Elke Moura, o Projeto tem por objetivo aproximar o Ministério Público de Contas da sociedade, apresentando seus membros, competências, campo de atuação, estrutura, diferenciação com os outros ramos do Ministério Público e, sobretudo, os mecanismos de que dispõe a população para acioná-lo caso observem irregularidades na aplicação e gestão de recursos públicos.

No biênio 2022-2024, várias instituições de ensino participaram do programa. Foram elas: Instituto de Educação Superior Latinoamericano (Iesla); Centro Universitário Unihorizontes; Faculdades Promove e Kennedy; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Faculdade de Viçosa; Faculdade de Sabará.



Palestra do Projeto

Controle em Foco: Revista do MPC-MG

A *Controle em Foco: Revista do MPC-MG* foi criada pela Resolução nº 17/2020, publicada no Diário Oficial de Contas do dia 4 de novembro de 2020, e tem como Editora a Procuradora **Cristina Andrade Melo**. Com periodicidade semestral, tem como objetivo a produção e divulgação do conhecimento relacionado ao controle da Administração Pública, nele se inserindo as seguintes áreas do conhecimento: Direito Público, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito, Ciência Política, Sociologia Jurídica, Administração Pública, Contabilidade Pública e Ciências Econômicas.



Cristina Andrade Melo



Capas de edições da Controle em Foco: Revista do MPC-MG

Seu público-alvo são membros dos Ministérios Públicos, Tribunais de Contas e Poder Judiciário de todo o Brasil, servidores dessas instituições, gestores públicos, servidores públicos em geral, advogados e integrantes do meio acadêmico.

O periódico estrutura-se em três seções de formatos distintos. A primeira, denominada “Artigos de Opinião”, é composta de artigos escritos pelos Procuradores do MPC-MG, individualmente ou em coautoria, sobre temas atuais e relevantes para o controle externo. Na segunda seção, “Artigos de Jurisprudência Comentada”, são analisados julgamentos que representem questão de alta relevância e tenham impacto na esfera controladora. Por fim, a terceira seção é destinada aos “Artigos Científicos”, que abordam, de forma mais aprofundada, temas técnicos, jurídicos e científicos relevantes para o controle.

No biênio 2022-2024, foram publicadas cinco edições e tem havido modernização do processo editorial. Tendo em vista que a revista era apenas disponibilizada em PDF no *site* do MPC-MG, ela não figurava em buscas no Google. Para sanar esse problema, a equipe editorial coordenada pela Procuradora Cristina Andrade Melo está implementando a plataforma OJS (*Open Journal System*), *software* de código aberto que permite acesso livre para gerenciamento e publicação de periódicos científicos. Com ela, será possível que a revista e seus artigos apareçam nas buscas do Google, aumentando o acesso do público externo, além de favorecer melhorias no processo editorial.

ANEXOS

ANEXO 1

Representações formuladas pelos Procuradores no biênio 2022-2024

05/2022

1.119.798 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em razão de possíveis irregularidades ocorridas no Município de Belo Vale.

06/2022

1.119.950 - Representação formulada pelo Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, em desfavor do Prefeito do Município de União de Minas, em razão de suposta irregularidade na execução do contrato decorrente de processo licitatório, bem como pela ausência de resposta aos documentos requisitados nos ofícios ministeriais.

1.119.951 - Representação formulada pelo Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco Corrêa de Mello, em desfavor do Prefeito do Município de Martinho Campos, acerca de possível abandono de eventuais bens públicos, tais como veículos, máquinas, equipamentos, entre outros, no pátio do DER, enquanto a municipalidade teria promovido procedimentos licitatórios para locação de veículos.

1.120.083 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em desfavor do ex-Prefeito e atual Prefeito Municipal de Carmópolis de Minas, relativa a irregularidades verificadas nas contratações temporárias efetuadas em detrimento de aprovados em concurso público.

07/2022

1.120.142 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges acerca de possível irregularidade no âmbito do Município de Ouro Preto, acerca de supostas dívidas deixadas pela gestão municipal de 2013/2016.

1.120.170 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Elke Andrade Soares de Moura acerca de possível irregularidade no âmbito do Município de Ouro Preto, no que tange a descumprimento das obrigações referentes ao acompanhamento mensal da execução orçamentária, financeira e operacional e aos balancetes contábeis municipais.

1.121.040 - Representação formulada pelas Procuradoras do MPC-MG Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, em face da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig), o seu Diretor-Presidente, o seu Diretor de Administração, Finanças e Relações com Investidores, o seu Auditor-Chefe e o seu Contador Geral, em razão do possível não cumprimento, de maneira diligente, do dever de fiscalização sobre a sociedade em conta de participação instituída com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM).

1.121.063 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em desfavor do Presidente da Câmara Municipal de Igarapé, em razão da possível violação ao princípio constitucional da separação de poderes, à competência político-administrativa do Poder Executivo, ao art. 2º da Constituição da República, aos arts. 130 e 131 da Lei Orgânica do Município; e às consultas tcemg nº 731.284 e 1.040.551, decorrente da oferta de cursos de formação profissional não relacionados à função legislativa.

1.121.106 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Presidente da Câmara Municipal de Igarapé, em razão de possíveis irregularidades no preenchimento de funções de confiança e criação de cargos de livre nomeação.

08/2022

1.126.963 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges, para apurar a ocorrência de indícios de irregularidades no âmbito de pregão eletrônico deflagrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital (sudecap), da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Belo Horizonte, cujo objeto é a execução de serviços comuns de engenharia de desassoreamento da Lagoa da Pampulha.

09/2022

Não houve representações.

10/2022

Não houve representações.

11/2022

1.135.344 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Maria Cecília Borges, acerca de supostas irregularidades contratuais, cujo objeto é a prestação de serviços especializados de consultoria em transformação digital e desenvolvimento, implementação e operação do modelo OmniChannel de atendimento aos clientes e otimização do custo total de operação.

12/2022

1.135.369 - Representação formulada pela Procuradora do Ministério Público de Contas Maria Cecília Borges, diante de irregularidades constatadas no Procedimento Preparatório n. 097.2021.599 relativas a convênios celebrados.

1.135.482 - Representação formulada pela Procuradora do Ministério Público de Contas Sara Meinberg, acerca de realocações orçamentárias sem autorização legislativa.

01/2023

Não houve representações.

02/2023

1.141.398 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Chefe do Poder Executivo do Município de Oratórios diante de supostas irregularidades na utilização do Fundeb.

03/2023

1.141.585 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em desfavor do Município de Betim, em razão de supostas irregularidades na condução de concurso público, especificamente quanto à nomeação dos candidatos para os cargos de assistente social, educador social e psicólogo.

1.144.606 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo, em desfavor do Prefeito, do Vice-Prefeito e do ex-Procurador-Geral do Município de Mariana, respectivamente, em razão da apuração de possíveis irregularidades em contrato celebrado entre Poder Executivo municipal e sociedade de advogados, cujo objeto é a assessoria e consultoria jurídicas para as ações de reparação de danos relativos ao rompimento da barragem do Fundão.

04/2023

1.144.614 - Representação apresentada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Belo Horizonte, da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e das atuais concessionárias de transporte público, em razão de supostas irregularidades em concorrência pública, notadamente em seu caráter competitivo, e nos contratos dela decorrentes, os quais se encontram em plena execução, a se extinguirem somente em 2028.

1.144.626 - Representação apresentada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em desfavor do Município de Araguari, acerca da ausência de publicidade e transparência de atos relativos a procedimentos licitatórios no sítio eletrônico da municipalidade.

1.144.654 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg acerca de possíveis irregularidades concernentes às contas anuais do Município de Piedade de Ponte Nova, pertinentes ao exercício de 2018, quando foram realizadas realocações, sem autorização legislativa, ao longo da execução orçamentária daquele exercício financeiro, em contrariedade às normas pertinentes.

1.144.699 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em face do Presidente Da Câmara Municipal de Funilândia, em razão do descumprimento das normas de transparência fiscal previstas na Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como da não disponibilização de informações de interesse geral ou coletivo.

05/2023

1.144.797 - Representação apresentada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg noticiando possíveis irregularidades concernentes à realização de pregões eletrônicos realizados por associação de Municípios e por consórcio intermunicipal com ob-

jetos idênticos de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para a execução de variados tipos de serviços.

1.144.804 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo noticiando possíveis irregularidades concernentes aos subsídios recebidos pelos vereadores da Câmara Municipal de Brumadinho.

1.144.830 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria, em desfavor do Município de Governador Valadares e de sociedade empresária, em razão de supostas irregularidades na concorrência pública deflagrada pela municipalidade para transporte público, em conexão com concorrência pública realizada pelo Município de Belo Horizonte.

1.144.912 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, noticiando possíveis irregularidades concernentes à deficiências na publicidade e transparência de informações públicas no sítio eletrônico do Município de Araxá - violação aos princípios da legalidade e da publicidade, e ao disposto nos artigos 5º, XXXIII, e 37, caput, e §3º, II, da CR/88 e no artigo 8º, caput, §1º, IV, §2º e §3º, I e VI, da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

1.147.750 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria acerca de possíveis irregularidades na concorrência pública Setop, que visava à concessão da prestação dos serviços de transporte coletivo de passageiros da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

06/2023

1.148.588 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Divinópolis e de consórcio de transporte urbano em razão de supostas irregularidades em concorrência pública realizada por aquela municipalidade, em conexão com concorrência pública realizada pelo Município de Belo Horizonte.

1.148.630 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em face do Prefeito do Município de Araxá, e outros, em razão de possíveis ilegalidades em processo licitatório que objetivou a restauração e o recapeamento de vias públicas.

07/2023

1.148.714 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em desfavor do Serviço de Água e Esgoto - Saae de Itambacuri, em razão de supostas irregularidades nas contratações temporárias de servidores.

1.148.739 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em desfavor do Município de Martinho Campos, em razão de suposto descumprimento de normas de gestão fiscal que compromete o desempenho da administração tributária municipal e, em consequência, a capacidade de arrecadar suas próprias receitas.

1.148.749 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria acerca de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito de concorrência conduzida pelo Município de Belo Horizonte que teve como objeto a seleção de empresas especializadas na prestação de serviços de publicidade.

1.148.750 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Carrancas, em razão de supostas irregularidades na gestão do atual Prefeito, referentes à renúncia de receitas de tarifas acerca do uso das balsas municipais; pagamento de despesas de viagem em desconformidade com as normas de orçamento público; prática de promoção pessoal e prática de aquisições, pelo Município, nos anos de 2021 e 2022, sem a realização de processo licitatório.

1.148.751 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, acerca de possíveis irregularidades na elaboração de processo licitatório promovido pelo Município de Araxá que objetiva a recuperação e recapeamento asfáltico (drenagem, sinalização e obras complementares), bem como irregularidades na execução de contrato celebrado com empresa do setor.

1.149.237 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Prefeito Municipal de Conceição do Mato Dentro acerca de possíveis irregularidades cometidas na celebração de pagamentos para a Confederação Brasileira de Ciclismo.

1.152.961 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg em desfavor do Município de União de Minas por possíveis irregularidades cometidas na condução de processos licitatórios que resultaram em favorecimento de empresa de eventos.

08/2023

1.153.222 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Elke Andrade Soares de Moura em face do Prefeito e Secretário de Administração e Finanças do Município de Nova Ponte, em razão de possíveis ilegalidades em pregão presencial que objetivou a contratação de empresa especializada em serviços de topografia, com fornecimento de equipamentos, mobilização e desmobilização, materiais e mão de obra.

1.153.282 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Carmo do Rio Claro, em razão de possível utilização de recursos públicos para subvencionar evento de natureza religiosa, o que violaria o princípio constitucional da laicidade, com a contratação de show gospel.

1.153.561 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, em razão de possíveis contratações temporárias e precárias de agentes comunitários de saúde, em detrimento de candidatos aprovados em processo público seletivo.

1.153.267 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Betim e demais pessoas físicas e jurídicas, em razão de possível irregularidade no âmbito de concorrência pública.

1.153.295 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Prefeito Municipal de Reduto, do Presidente da Câmara Municipal e dos integrantes da Comissão de Fiscalização Financeira, Orçamentária e de Tomada De Contas daquela edilidade, acerca de possíveis irregularidades pela não observância da obrigatoriedade de realização de audiências públicas, imposta pelo art. 48, § 1º, inciso i, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.153.314 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria acerca de possíveis irregularidades concernentes a processo licitatório deflagrado por consórcio intermunicipal, visando ao registro de preços para

futura e eventual contratação de empresa especializada em atendimento em plataforma remota de telemedicina, com fornecimento de profissionais médicos e software de gestão, na modalidade de plantão, com atendimento 24 horas por 7 dias na semana, para acesso dos usuários cadastrados no sistema e-SUS, a fim de atender às unidades da rede pública de saúde municipal dos Municípios consorciados.

09/2023

1.153.832 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, acerca de possível irregularidade ocorrida no âmbito do Município de Pedra Azul, relacionada a pagamento de servidores, lotados na biblioteca municipal, utilizando o recurso do Fundeb, em violação ao art. 71, VI, da Lei nº 9.394, de 1996, e ao art. 25 da Lei nº 14.113, de 2021.

1.153.870 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em face do Procurador-Geral do Município de Nova Lima, sobre possíveis irregularidades em procedimentos de dispensa de licitação, que tinham como objeto a execução de obras de contenção e recuperação da Rua Ludovico Barbosa.

1.153.904 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Itabirito e de empresa em razão de supostas irregularidades, objetivando a prestação de serviços para o gerenciamento dos resíduos sólidos.

1.153.906 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em desfavor do Município de Teófilo Otoni, em razão de supostas irregularidades na aplicação dos recursos do Fundeb, durante os exercícios financeiros de 2021 e 2022.

10/2023

1.156.681 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Maria da Fé acerca de possíveis irregularidades pela não realização de audiência pública prévia para discussão das leis orçamentárias, para o exercício financeiro de 2024.

1.156.704 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em desfavor do Município de Quartel Geral, em razão de possíveis irregularidades em processo seletivo simplificado, cujo objeto consiste no preenchimento de vagas e formação de quadro de cadastro de reserva para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

1.156.767 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Jeceaba acerca de possíveis irregularidades na concessão de apostilamento a servidores públicos, em desacordo com a Constituição da República de 1988.

1.156.792 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em desfavor do Município de Urucânia, em razão de supostas irregularidades em aquisições de materiais de construção realizadas entre 2021 e 2023, por meio de pregões presenciais.

1.156.819 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Elke Andrade Soares de Moura em face do Prefeito Municipal, do Presidente da Comissão Permanente de Licitação e do Presidente da Câmara Municipal, todos do Município de Funilândia, em razão de possíveis irregularidades nas contratações realizadas entre o citado Município e terceiro, referentes a serviços de bufê, bem como apuração de nepotismo cruzado.

1.156.971 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Belo Horizonte e outros, em razão de possíveis irregularidades em edital da concorrência, objetivando a contratação de empresa especializada para prestar serviços de auditoria e de verificação independente, compreendendo auditoria contábil e financeira em 4 (quatro) concessionárias do serviço de transporte público coletivo e convencional de passageiros; estudos econômico-financeiros; avaliação da taxa interna de retorno; elaboração de proposta de padronização do plano de contas das concessionárias e auditoria independente de avaliação dos atuais modelos de controle das concessões utilizados pela BHTrans e pelo poder concedente.

1.157.119 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Elke Andrade Soares de Moura em face do Superintendente Executivo do Instituto de Previdência

dos Servidores Públicos Municipais de Formiga, em razão de possíveis irregularidades financeiras no âmbito da Previfor.

11/2023

1.157.449 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg em face de gestor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), em razão de possíveis irregularidades na destinação das receitas obtidas com multas de trânsito, infringência aos ditames previstos no Código Brasileiro de Trânsito (CBT), e inobservância do princípio da transparência.

1.160.321 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Santo Antônio das Missões, quanto a possível excesso de contratações temporárias, com indícios de utilização dos recursos do Fundeb.

1.160.533 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg em desfavor do Município de Conceição do Mato Dentro mediante notícia de fato de eventuais irregularidades no processo licitatório regido por edital objetivando a construção de 32 (trinta e duas) pontes mistas de concreto armado classe 30T.

1.160.535 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em desfavor do Município de Belo Horizonte, da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte e dos consórcios de empresas de transporte, em razão de supostas irregularidades em concorrência pública, que teve por objeto a contratação de pessoa jurídica para verificação independente dos contratos de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros.

1.160.561 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Sara Meinberg em face de gestor municipal de Passabém, no exercício de 2021, cujas realocações orçamentárias foram realizadas sem autorização legislativa.

12/2023

1.160.615 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria tendo em vista apuração em notícia de irregularidade que aponta possíveis ilicitudes em processo licitatório deflagrado por escola estadual de ensino médio, no povoado de Melo Franco, em Brumadinho/MG.

1.160.622 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo acerca de suposta irregularidade relativa ao pagamento de quinquênios incidindo sobre o subsídio de servidores ocupantes de cargos comissionados e de Secretário Municipal, nos anos de 2021 e 2022.

1.160.631 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria acerca de possíveis irregularidades em edital da concorrência, objetivando a concessão onerosa de uso de espaço público para instalação, operação, gestão e manutenção de 36 (trinta e seis) sanitários públicos, com exploração de 80 (oitenta) engenhos de publicidade, abarcando investimentos adicionais.

1.160.638 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo acerca de possíveis irregularidades em processos seletivos simplificados promovidos pelo Município de Datas; no número de servidores contratados temporariamente e na acumulação irregular de cargos efetivos com cargos temporários.

01/2024

1.160.914 - Representação em desfavor do gestor municipal de São João das Missões em razão de indícios de irregularidades relacionados ao pagamento de gratificações a servidores daquele Município.

02/2024

1.164.112 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria, em desfavor do Município de Belo Horizonte e gestores da Superintendência de Mobilidade da municipalidade, em razão de indícios de irregularidades no contrato de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros por ônibus, com consórcio, decorrente de processo licitatório cujo objeto consistiu em selecionar as propostas mais vantajosas.

1.164.127 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria, em face de servidor público lotado na Universidade Estadual de Montes Claros, em razão de suposto afastamento remunerado para concluir curso de mestrado no exterior.

03/2024

1.167.011 - Representação formulada pela Procuradora do MPC-MG Cristina Andrade Melo em face do Município de União de Minas, representado por gestores municipais, em razão de possíveis irregularidades na realização de horas extras por servidores e ausência de efetivo controle das jornadas de trabalho.

1.164.232 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, acerca de possíveis irregularidades relacionadas à execução de contrato decorrente de pregão presencial promovido por consórcio público para a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços médicos especializados agregados à gestão de escalas e atividades médicas assistenciais.

1.164.255 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do município de Uberlândia, representado por gestores municipais, em razão de supostas irregularidades em contratações de agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE).

1.166.967 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de suposto afastamento remunerado para participação em curso de doutorado no exterior, no período de 1/8/2013 a 1/8/2014, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.969 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do município de Brumadinho, representado pelos gestores municipais, em razão de possível má gestão administrativa, pela suspensão de vacinação na unidade de saúde da família palhano, notadamente pela concessão de férias simultâneas a diversos servidores.

1.166.971 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão de afastamento, de forma remunerada, de suas atividades profissionais no período de 07/10/2011 a 08/10/2012, a fim de frequentar curso de capacitação sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.978 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão do afastamento remunera-

do das atividades profissionais, no período de 18/5/2017 a 27/1/2018, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.979 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais no período de 25/01/2014 a 26/01/2015, a fim de cursar doutorado no exterior sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.980 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais no período de 03/01/2013 a 15/09/2013, a fim de frequentar curso de mestrado no exterior sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.981 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais no período de 07/10/2013 a 07/10/2015, a fim de cursar doutorado no exterior, na universidade nova de lisboa sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.984 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 1º/9/2016 a 1º/10/2017, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.985 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais, no período de 01/02/2014 a 01/02/2015, a fim de concluir curso de mestrado sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.987 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 21/12/2012 a 1º/7/2013, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.988 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais, no período de 16/07/2012 a 02/01/2015, a fim de frequentar curso de mestrado sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.989 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais no período de 16/06/2012 a 02/02/2016, a fim de concluir curso de doutorado sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.990 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 1º/1/2010 a 31/12/2010, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.166.991 - Representação formulada pelo procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais, no período de 20/1/2010 a 16/05/2011, a fim de frequentar curso de capacitação sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.010 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão de afastamento remunerado de suas atividades profissionais no período de 11/3/2017 a 01/07/2017 e 17/08/2017 a 01/12/2017, a fim de frequentar curso de capacitação sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.052 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública, em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 1º/2/2012 a 1º/2/2013, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.053 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público, em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 9/9/2016 a 9/9/2019, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

04/2024

1.167.079 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face do Município de Luislândia em razão de possíveis irregularidades em contratações temporárias feitas por indicação política, preterindo a realização de concurso.

1.167.100 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 1º/2/2011 a 1º/8/2011, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.101 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública em razão do afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 1º/3/2011 a 29/6/2011, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.155 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública em razão de afastamento, de forma remunerada, de suas atividades profissionais no período de 14/2/2012 a 14/2/2016, a fim de frequentar curso de doutorado, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.156 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público afastado, de forma remunerada, de suas atividades profissionais no período de 18/5/2018 a 20/1/2019, a fim de frequentar curso de capacitação, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.157 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público em razão de afastamento profissional remunerado, no período de 18/5/2015 a 29/8/2015, para curso de capacitação, sem ter havido a comprovação de conclusão do curso.

1.167.158 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público afastado, de forma remunerada, de suas atividades profissionais no período de 19/10/2011 a 19/10/2012, a fim de cursar mestrado, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.159 - Representação formulada pelo Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel de Carvalho Guimarães, em razão de irregularidades no pagamento de gratificações, adicionais e vantagens pessoais a servidores municipais de Teófilo Otoni.

1.167.160 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidora pública em razão de afastamento, de forma remunerada, de suas atividades profissionais no período de 28/4/2014 a 29/7/2014, a fim de frequentar curso de capacitação, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.161 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público em razão de afastamento remunerado das atividades profissionais, no período de 17/5/2015 a 16/1/2016, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.167 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público em razão de suposto afastamento remunerado para frequentar curso de doutorado, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.168 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público em razão de afastamento profissional remunerado para cursar mestrado no exterior, no período de 26/9/2016 a 26/9/2017, sem ter havido a apresentação do certificado de conclusão do curso.

1.167.169 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em face de servidor público por afastamento remunerado para frequentar curso de capacitação, sem a devida apresentação do certificado de conclusão de curso.

1.167.233 - Representação formulada pelo Procurador do MPC-MG Glaydson Santo Soprani Massaria em razão de possíveis irregularidades em pregão eletrônico e presencial do Município de Betim, tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios essenciais no preparo de merenda escolar.

ANEXO 2

Atos normativos publicados

Resoluções

Resolução nº 23, de 19/08/2022: Aprova o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Resolução nº 24, de 19/08/2022: Altera a Resolução MPC-MG nº 16, de 16 de julho de 2020, e dispõe sobre a forma de realização das reuniões institucionais do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 25, de 19/08/2022: Dispõe sobre a revogação da Resolução MPC-MG nº 05, de 24 de abril de 2013, que trata do fluxo de tramitação processual no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas e dá outras providências.

Resolução nº 26, de 19/08/2022: Altera as Resoluções MPC-MG nº 07, de 02 de agosto de 2010; nº 11, de 18 de setembro de 2014; nº 14, de 18 de dezembro de 2019; e nº 15, de 18 de dezembro de 2019.

Resolução nº 27, de 14/04/2023: Altera a Resolução MPC-MG nº 26, de 04 de agosto de 2022.

Resolução nº 28, de 17/04/2023: Dispõe sobre a regulação das Sessões Plenárias Virtuais do Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Resolução nº 29, de 15/06/2023: Altera as Resoluções MPC-MG nº 11, de 18 de setembro de 2014, e nº 14, de 18 de dezembro de 2019.

Resolução nº 30, de 15/06/2023: Institui a “Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais”.

Resolução nº 31, de 15/06/2023: Institui a Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Resolução nº 32, de 23/10/2023: Institui, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, o Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos.

Resolução nº 33, de 27/10/2023: Institui a Corregedoria do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Portarias PG

2022

Portaria nº 14/2022, de 01/06/2022: Nomeia o Procurador Daniel de Carvalho Guimarães para ocupar o cargo de Subprocurador Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 15/2022, de 07/06/2022: Define as regras de designação dos Procuradores do Ministério Público de Contas nas Sessões de Julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e os substitutos naturais (tabelares) em caso de afastamentos por até 60 (sessenta) dias.

Portaria nº 16/2022, de 22/06/2022: Altera a Portaria PG nº 23, de 17 de dezembro de 2020, que constitui a Comissão Editorial do periódico “Controle em Foco – Revista do MPC-MG”, nos termos do inciso I do art. 3º da Resolução MPC-MG nº 17, de 29 de outubro de 2020.

Portaria nº 17/2022, de 22/06/2022: Designa o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães como titular do Gabinete de Inteligência no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 18/2022, de 05/07/2022: Institui a Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 19/2022, de 05/07/2022: Nomeia os membros da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (CPAD – MPC) instituída por meio da Resolução MPC-MG nº 20, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 20/2022, de 05/07/2022: Nomeia os membros do Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP (Comitê-SIMP), no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 19, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 21/2022, de 05/07/2022: Nomeia os membros da Comissão Permanente de Integridade, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 22, de 26 de maio de 2022.

Portaria nº 22/2022, de 06/07/2022: Institui a Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e revisão de atos normativos.

Portaria nº 23/2022, de 06/07/2022: Designa a coordenação dos projetos institucionais e acadêmicos “Conhecendo o MPC” e “Capacitação Interna MPC”, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 24/2022, de 09/09/2022: Altera a composição de membros da Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 25/2022, de 09/09/2022: Altera a composição de membros do Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP(Comitê-SIMP), no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais instituído por meio da Resolução MPC-MG nº 19, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 26/2022, de 09/09/2022: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Integridade, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, instituída por meio da Resolução MPC-MG nº 22, de 26 de maio de 2022.

Portaria nº 27/2022, de 09/09/2022: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (CPAD – MPC) instituída por meio da Resolução MPC-MG nº 20, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 28/2022, de 09/09/2022: Altera a composição de membro da Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e revisão de atos normativos.

Portaria nº 29/2022, de 12/09/2022: Altera a composição de membros da Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 30/2022, de 21/09/2022: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

2023

Portaria nº 01/2023, de 03/02/2023: Altera a composição de membro da Comissão Editorial do periódico “Controle em Foco – Revista do MPC-MG”, instituída nos termos do da Resolução MPC-MG nº 17, de 29 de outubro de 2020.

Portaria nº 02/2023, de 09/02/2023: Define as regras de designação dos Procuradores do Ministério Público de Contas nas sessões de julgamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e os substitutos naturais (tabelares) em caso de afastamentos por até 60 (sessenta) dias.

Portaria nº 03/2023, de 10/02/2023: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Avaliação Documental do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (CPAD – MPC) instituída por meio da Resolução MPC-MG no 20, de 3 de dezembro de 2020.

Portaria nº 04/2023, de 10/02/2023: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 05/2023, de 10/02/2023: Altera a composição de membro do Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP (Comitê-SIMP), no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 06/2023, de 10/02/2023: Altera a composição de membros da Comissão Permanente de Integridade, no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 07/2023, de 10/02/2023: Alterar a composição de membro da Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Revisão de Atos Normativos.

Portaria nº 08/2023, de 21/03/2023: Prorroga o prazo concedido à Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Revisão de Atos Normativos constituída por meio da Portaria PG nº 22, de 06 de julho de 2022.

Portaria nº 09/2023, de 23/03/2023: Designa a Procuradora Elke Andrade Soares de Moura para comparecer à 6ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a ser realizada no dia 29 de março de 2023.

Portaria nº 10/2023, de 05/05/2023: Altera a composição de membro da Comissão Permanente de Proteção de Dados – CPPD – no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 11/2023, de 15/06/2023: Nomeia membro do Comitê Permanente de Desenvolvimento do SIMP (Comitê-SIMP), no âmbito do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 12/2023, de 19/06/2023: Designa a Procuradora Elke Andrade Soares de Moura para desempenhar as atribuições da Ouvidoria do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 13/2023, de 13/07/2023: Designa o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substituto tabelar do Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães em virtude de fruição de férias-prêmio.

Portaria nº 14/2023, de 13/07/2023: Designa a Procuradora Cristina Andrade Melo como substituta tabelar da Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 15/2023, de 13/07/2023: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 16/2023, de 13/07/2023: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Cristina Andrade Melo em virtude de fruição de férias regulamentares.

Portaria nº 17/2023, de 16/08/2023: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Cristina Andrade Melo em virtude de fruição de férias regulamentares.

Portaria nº 18/2023, de 24/08/2023: Designa a Procuradora Elke Andrade Soares de Moura para comparecer à 23ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a ser realizada no dia 30 de agosto de 2023.

Portaria nº 19/2023, de 13/09/2023: Designa o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães como substituto tabelar da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura em virtude de fruição de férias-prêmio.

Portaria nº 20/2023, de 13/09/2023: Designa o servidor Sandro Maurício Pereira de Souza Monteiro como responsável pelo expediente de conciliação, mediação e solução consensual de conflitos no âmbito da Coordenadoria de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais.

Portaria nº 21/2023, de 22/09/2023: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges para comparecer à 25ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a ser realizada no dia 27 de setembro de 2023.

Portaria nº 22/2023, de 14/11/2023: Prorroga o prazo concedido à Comissão Especial para Elaboração do Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Revisão de Atos Normativos constituída por meio da Portaria PG nº 22, de 06 de julho de 2022.

Portaria nº 23/2023, de 20/12/2023: Designa a Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte como substituta tabelar da Procuradora Maria Cecília Mendes Borges em virtude de gozo de férias regulamentares.

Portaria nº 24/2023, de 07/12/2023: Dispõe sobre o funcionamento e suspensão de prazos no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais durante o período entre 20 de dezembro de 2023 a 19 de janeiro de 2024.

Portaria nº 25/2023, de 12/12/2023: Designa o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães como substituto tabelar da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 26/2023, de 14/12/2023: Designa a Procuradora Cristina Andrade Melo como substituta tabelar da Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte em virtude de gozo de férias-prêmio.

2024

Portaria nº 01/2024, de 08/01/2024: Designa a Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade como substituta tabelar da Procuradora Maria Cecília Mendes Borges em virtude de gozo de férias regulamentares e dá outras providências.

Portaria nº 02/2024, de 11/01/2024: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Cristina Andrade Melo em virtude de gozo de férias regulamentares e dá outras providências.

Portaria nº 03/2024, de 11/01/2024: Designa servidores para composição e coordenação do Núcleo de Resolução Consensual de Controvérsias e Prevenção de Conflitos, no âmbito do Ministério Público de Contas.

Portaria nº 04/2024, de 12/01/2024: Designa o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substituto tabelar do Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 05/2024, de 17/01/2024: Designa o Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães e o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substitutos tabelares da Procuradora Elke Andrade Soares de Moura em virtude de ausência do país.

Portaria nº 06/2024, de 18/01/2024: Torna sem efeito a Portaria PG nº 05 de 17 de janeiro de 2024.

Portaria nº 07/2024, de 24/01/2024: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Cristina Andrade Melo em virtude de fruição de férias regulamentares.

Portaria nº 08/2024, de 01/02/2024: Designa o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substituto tabelar do Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 09/2024, de 07/02/2024: Designa a Procuradora Maria Cecília Mendes Borges como substituta tabelar da Procuradora Cristina Andrade Melo em virtude de fruição de férias regulamentares.

Portaria nº 10/2024, de 08/03/2024: Designa a Procuradora Cristina Andrade Melo como substituta tabelar da Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte em virtude de ausência do país.

Portaria nº 11/2024, de 11/03/2024: Designa o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substituto tabelar do Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães em virtude de ausência do país.

Portaria nº 12/2024, de 15/03/2024: Torna sem efeito a Portaria PG nº 11 de 11 de março de 2024.

Portaria nº 13/2024, de 25/03/2024: Designa a Procuradora Cristina Andrade Melo como substituta tabelar da Procuradora Sara Meinberg Schmidt de Andrade Duarte em virtude de gozo de férias-prêmio.

Portaria nº 14/2024, de 15/04/2024: Designa o Procurador Glaydson Santo Soprani Massaria como substituto tabelar do Subprocurador-Geral Daniel de Carvalho Guimarães em virtude de gozo de férias prêmio.

Ordens de Serviço

2022

Ordem de Serviço nº 01, de 18/08/2022: Dispõe sobre o fluxo de tramitação processual e de documentos sob a forma digital e pela via eletrônica no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas.

Ordem de Serviço nº 02, de 29/09/2022: Dispõe sobre a autuação e o fluxo de tramitação no âmbito da Secretaria do Ministério Público de Contas, dos recursos interpostos em face de decisões de arquivamento em matéria de procedimentos e assuntos administrativos em geral.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022 - 2024

PROCURADOR-GERAL

Marcílio Barenco

SUBPROCURADOR-GERAL

Daniel Guimarães

COMUNICAÇÃO

Simone Pereira - Jornalista

Lílian de Oliveira - Revisora de texto

Guilherme Fernandes - Designer gráfico

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

TWITTER/X



@mpc_mg

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais